

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – CNM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ADÍLIO DA SILVA ANÍSIO

**A ASSOCIAÇÃO ENTRE OS GASTOS SOCIAIS E A DESIGUALDADE DE RENDA
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 1998 A 2020**

FLORIANÓPOLIS

2021

ADÍLIO DA SILVA ANÍSIO

**A ASSOCIAÇÃO ENTRE OS GASTOS SOCIAIS E A DESIGUALDADE DE RENDA
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 1998 A 2020**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme de Oliveira.

FLORIANÓPOLIS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

ANÍSIO, ADÍLIO DA SILVA

O EFEITO DOS GASTOS SOCIAIS SOBRE A DESIGUALDADE DE
RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE
1995 A 2020 / ADÍLIO DA SILVA ANÍSIO ; orientador,
Guilherme de Oliveira, 2021.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,
2021.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Desigualdade de renda. 3.
Gasto Social. 4. Região Metropolitana de São Paulo. I. de
Oliveira, Guilherme . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

ADÍLIO DA SILVA ANÍSIO

**A ASSOCIAÇÃO ENTRE OS GASTOS SOCIAIS E A DESIGUALDADE DE RENDA
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 1998 A 2020**

Florianópolis, 13 de setembro de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Guilherme de Oliveira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Liana Bohn, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Solange Regine Marin, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção de título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Guilherme de Oliveira, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado à minha irmã Adrielly Anísio, que o conhecimento ilumine os seus caminhos.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar qual a associação entre os gastos sociais sobre a desigualdade de renda *per capita* na Região Metropolitana de São Paulo, após o Plano Real. A revisão de literatura adentrou à economia urbana e no setor público permitindo analisar os papéis que essas áreas do conhecimento possuem sobre a problemática. Nesse sentido, a região possui diferentes características de Índice de Gini, renda *per capita* e pobreza na comparação entre municípios. Em termos de Índice de Gini, houve reduções na maioria dos municípios periféricos da Região Metropolitana na comparação dos Censos dos anos de 2000 e 2010. Em alguns municípios centrais como São Paulo, Santo André e São Caetano do Sul, a variação de Gini foi positiva, demonstrando uma maior concentração de renda. Analisando a renda *per capita*, para os mesmos Censos obtidos, municípios com renda comparativamente baixas para o ano de 2000, tiveram as maiores taxas de crescimento médio anual até o ano de 2010, como os municípios de Rio Grande da Serra, Vargem Grande Paulista e Jandira. Observando os indicadores de pobreza do Cadastro Único do Governo Federal, disponíveis no Atlas Brasil, grande parte dos municípios tiveram um aumento nesses indicadores entre 2014 e 2015. Analisando o Censo de 2010 para os mesmos indicadores de pobreza, é possível correlacionar que municípios com menores rendas *per capita* possuem as maiores taxas de pobreza, vulneráveis e extrema pobreza. Do ponto de vista dos gastos sociais, houve um aumento real *per capita* no agregado da RMSP, apresentando um crescimento de 4,22% ao ano entre 1998 a 2020. A relação sobre o Índice de Gini verificou uma correlação entre a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais e a variação do Índice. Utilizando a defasagem das informações, com o objetivo de reduzir a endogeneidade, a tendência linear das variáveis é negativa, correlacionando o aumento dos gastos sociais com a queda da concentração de renda. Desagregando os gastos sociais para observar a mesma dispersão, os gastos com Educação demonstraram a mesma correlação, associando o aumento dos gastos à redução da variação do Índice de Gini. Entretanto, o mesmo não foi observado nos gastos com Saúde, em que a correlação é baixa. Por fim, observado a convergência do PIB *per capita*, não foi possível constatar uma trajetória no sentido do crescimento da região como um todo.

Palavras-chave: Desigualdade de renda; Gasto Social; Região Metropolitana de São Paulo.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the effect of social spending on family income inequality in the Metropolitan Region of São Paulo, after the Real Plan. The literature review entered the urban economy and the public sector allow us to analyze the roles that these areas of knowledge have on the problem. In some central cities such as São Paulo, Santo André and São Caetano do Sul, the Gini variation was positive, demonstrating a greater concentration of income. Analyzing the per capita income, for the same Censuses obtained, municipalities with comparatively low income for the year 2000, had the highest average annual growth rates until the year 2010, such as the municipalities of Rio Grande da Serra, Vargem Grande Paulista and Jandira. Observing the poverty indicators from the Federal Government's Cadastro Único, available in the Atlas Brazil, most municipalities had an increase in these indicators between 2014 and 2015. Analyzing the 2010 Census for the same poverty indicators, it is possible to correlate which municipalities with the lowest per capita income have the highest rates of poverty, vulnerable and extreme poverty. From the point of view of social spending, there was a real per capita increase in the RMSP aggregate, showing a growth of 4.22% per year between 1998 and 2020. The effect on the Gini Index verified a correlation between the average annual growth rate of social spending and the variation of the Index. Using the information lag, with the objective of reducing endogeneity, the linear trend of the variables is negative, correlating the increase in social spending with the fall in the concentration of income. Disaggregating social spending to observe the same dispersion, spending on Education showed the same correlation, associating the increase in spending to the reduction in the variation of the Gini Index. However, the same was not observed in health expenditures, where the correlation is low. Finally, observing the convergence of GDP per capita, it was not possible to establish a trajectory towards the growth of the region as a whole.

Keywords: Income Inequality; Social spending; Metropolitan Region of São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Renda per capita na região metropolitana de São Paulo em 2010.....	25
Figura 2 - Taxa de crescimento média anual da renda per capita nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo entre 2000 e 2010 (%).	28
Figura 3 - Variação do Índice de Gini para RMSP (2000-2010).	29
Figura 4 - Índice de Gini dos municípios da RMSP.....	30
Figura 5 - Taxa de pobreza para RMSP (%).	31
Figura 6 - Taxa de extrema pobreza para RMSP (%).	32
Figura 7 - Taxa de vulneráveis à pobreza para RMSP (%).	33
Figura 8 - Taxa de extremamente pobres (Cadastro Único).....	34
Figura 9 - Taxa de pobres (Cadastro Único).	35
Figura 10 - Taxa de vulneráveis à pobreza (Cadastro Único).	36
Figura 11 - Trajetória dos gastos sociais.	39
Figura 12 - Trajetória per capita dos gastos sociais.	40
Figura 13 - Taxa de crescimento anual médio por município dos gastos per capita (%).	41
Figura 14 - Trajetória dos gastos sociais per capita para municípios selecionados.	42
Figura 15 - Relação contemporânea entre a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais per capita (%) e Índice de Gini 2000.	43
Figura 16 - Relação contemporânea entre a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais per capita (%) e Índice de Gini 2010.	44
Figura 17 - Taxa de crescimento médio dos gastos sociais (1998-2000) e variação do Índice de Gini (defasados).	45
Figura 18 - Taxa de crescimento médio dos gastos sociais (1998-2005) x variação do Índice de Gini (defasados).	46
Figura 19 - Taxa de crescimento médio dos gastos sociais x variação do Índice de Gini (defasados).	47
Figura 20 - Relação contemporânea entre a taxa de crescimento médio dos gastos com Educação (2009-2010) x variação do Índice de Gini 2010.	48
Figura 21 - Taxa de crescimento médio dos gastos com educação (2002-2004) x variação do Índice de Gini (defasados).	49
Figura 22 - Taxa de crescimento médio dos gastos com educação (2002-2008) x variação do Índice de Gini (defasados).	50

Figura 23 - Taxa de crescimento médio dos gastos com educação (2002-2010) x variação do Índice de Gini (defasados).....	51
Figura 24 - Taxa de crescimento médio dos gastos com saúde x variação do Índice de Gini.....	52
Figura 25 - Taxa de crescimento médio dos gastos com saúde (2002-2004) x variação do Índice de Gini.	53
Figura 26 - Taxa de crescimento médio dos gastos com saúde (2002-2008) x variação do Índice de Gini (defasados).....	54
Figura 27 - Taxa de crescimento médio dos gastos com saúde (2002-2010) x Índice de Gini 2010 (defasados).....	55
Figura 28 - Variação da convergência do PIB per capita (2002-2018).....	56
Figura 29 - Variação da convergência do PIB per capita e taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais per capita (2004-2008).	57
Figura 30 - Variação da convergência do PIB per capita (2004-2006).....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 Objetivo geral.....	12
1.1.2 Objetivos específicos.....	12
1.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS.....	12
1.3 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1 A DESIGUALDADE DE RENDA NOS ESPAÇOS URBANOS	15
2.2 A ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO E OS GASTOS SOCIAIS	19
3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	24
3.1 ANÁLISE DA RENDA NA RMSP	24
3.2 ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI E DA POBREZA NA RMSP	28
4. TRAJETÓRIA DOS GASTOS SOCIAIS E A ASSOCIAÇÃO COM A DESIGUALDADE.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo principal a análise da dinâmica entre desigualdade da renda *per capita* na Região Metropolitana de São Paulo e os gastos sociais. Com isso, compreender os aspectos gerais e inerentes da região que caracterizam a estrutura de renda das pessoas e as formas que se dão os gastos sociais.

De acordo com Barros et al. (2007 apud MATA, RESENDE e CARVALHO, 2000, p. 28), “[...] a desigualdade, em particular, a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural”. Nas últimas décadas, esse fenômeno vem reduzindo no país, refletindo uma melhor situação da distribuição de renda entre as pessoas. “Em 2001 e 2005, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua” (BARROS et al., 2006, p.108). Entretanto, Barros et al. (2006) reconhece que mesmo com essa importante redução, o país permanece com uma desigualdade elevada, em que seria necessários vinte anos para que o país atingisse níveis compatíveis, em média, das nações com um mesmo grau de desenvolvimento que o Brasil. “A fatia da renda total apropriada pela parcela 1% mais rica da população é da mesma magnitude que a apropriada pelos 50% mais pobres” (BARROS et al., 2006, p.110).

Nesse contexto, o setor público pode ser relevante na medida que sua atuação tem potencial redutivo da desigualdade. Em estudo empírico, Costa e Gartner (2016) buscaram identificar os impactos do orçamento sobre a desigualdade de renda, observando os gastos com saúde e educação das unidades federativas e seus municípios. De acordo com Costa e Gartner (2016), o estudo empírico concluiu que estados que investiram mais em saúde, reduziram em maiores proporções a desigualdade de renda. Silveira et al. (2021) estimaram que os gastos públicos mensais *per capita* com educação pública reduziu o Índice de Gini em 9,62%. Desta maneira, fica evidente que os gastos sociais podem ter alguma relação na redução da desigualdade de renda, além dos seus efeitos na redução da concentração de renda e da desigualdade social como um todo.

A partir dessa análise, pretende-se observar como os gastos podem ter impactado a desigualdade de renda e quais são os desdobramentos teóricos sobre a questão. Com isso, a comparação teórica e analítica se torna imprescindível como contribuição à economia urbana. Ressalta-se que identificar a relação dos gastos sociais sobre a desigualdade pode ser uma tarefa difícil, pois o sentido da causalidade pode ser inverso, na medida que o aumento da desigualdade de renda demanda gastos sociais em maiores proporções. Neste sentido, Hindricks e Miles (2006), descrevem no Modelo Político de Economia do Setor Público que o crescimento

do governo está diretamente relacionado ao aumento da desigualdade de renda, na medida em que o nível dos gastos públicos pode estar concernente à distribuição de renda. Descreve-se sobretudo que os gastos públicos podem ser um dos fatores explicativos da desigualdade de renda, na medida em que a demanda na participação orçamentária aumenta na medida em que a renda disponível pessoal é menor.

É evidente que os gastos sociais são relevantes na dinâmica das cidades brasileiras. Esse fato está ligado à execução orçamentária distribuída nas três esferas da unidade federativa. Hiromoto (2021) aponta que o gasto social *per capita*, na esfera municipal, teve efeito redutor da pobreza, no período de 1988 a 2010, no que se refere a gastos com saúde, previdência e assistência, assim como investimentos em habitação e urbanismo. Logo, ao se tratar da maior aglomeração urbana da América Latina, os gastos dos trinta e nove municípios da região ditam o dinamismo urbano e a estrutura de renda da “Grande São Paulo”.

O período de 1998 a 2020 busca recortar o início do Plano Real em vigência na economia brasileira até o primeiro ano de pandemia da COVID-19. De acordo com Cyrillo (2009), a implantação do Plano Real proporcionou um ambiente mais favorável ao planejamento orçamentário-familiar e tornou os salários médios reais mais estáveis. Esse cenário pode permitir um ponto de partida mais imutável para observar a relação da renda e dos gastos sociais da série histórica.

Portanto, o intuito do estudo na área de economia urbana parte do interesse em explorar, parcialmente, as dimensões científicas de uma vasta região brasileira com nítidas características próprias e individuais de uma metrópole como São Paulo. “A rede urbana que articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organizam também territórios de amplitudes várias, do microrregional ao continental” (MONTE-MÓR, 2006, p.61). Neste sentido, a justificativa pela escolha do tema está nas desigualdades sociais, especificamente nesta pesquisa, a de renda, em uma região bastante vasta como é a Grande São Paulo. Dessa forma, procura-se contribuir com as ciências econômicas, voltado às áreas urbanas, relacionando esse campo com indicadores relevantes e seus impactos na desigualdade de renda entre as pessoas.

1.1 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos desta Monografia.

1.1.1 Objetivo geral

Este trabalho tem por objetivo principal analisar qual a associação dos gastos sociais sobre a desigualdade de renda na região metropolitana de São Paulo entre 1998 a 2020.

1.1.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos citam-se:

- a) Apresentar os desdobramentos teóricos sobre a desigualdade de renda num contexto de economia urbana;
- b) Identificar os aspectos gerais e inerentes da região Metropolitana de São Paulo no que se refere à estrutura da desigualdade de renda e a dinâmica dos gastos sociais;
- c) Inspeccionar qual a relação dos gastos sociais com a desigualdade pessoal de renda utilizando uma correlação dos gastos sociais, com destaque para os gastos com Educação e Saúde.

1.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

A pesquisa quantitativa-descritiva, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 187), "consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chaves". Neste sentido, compreender a problemática, definindo e delimitando a população e as variáveis são objetivos da pesquisa. Neste sentido a pesquisa científica tem o caráter fundamental de lidar com problemas factuais dentro da sociedade.

Quanto à abordagem, os objetivos específicos definem melhor a situação inserida na pesquisa. Foi analisado os desdobramentos teóricos do tema e identificado os aspectos gerais e inerentes da região, constituem-se, em parte, abordagens qualitativas. Essa abordagem, para Gil (2002, p. 90), "costuma-se verificar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à

medida que a análise progride, o que faz com que a ordenação lógica do trabalho se torne significativamente mais complexa”. Com isso, trata-se de uma pesquisa indutiva, em que os dados serão analisados a partir de documentos disponíveis e método estatístico utilizado. De acordo com Marconi e Lakatos (2003. p.86) “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”.

Os procedimentos foram elaborados com base em estudos que permeiam a economia do setor público, o desenvolvimento econômico e a economia urbana, relacionando essas áreas em um contexto de região metropolitana e trazendo a problemática da desigualdade de renda domiciliar. Os textos, livros, artigos e publicações estudados dentro das áreas foram extraídos e referenciados a partir de pesquisas bibliográficas. A base de dados construída teve como ponto de partida os dados disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, mais especificamente do Atlas dos Municípios, com o objetivo de compilar informações documentais da situação dos municípios que compõem a região. Os documentos relativos aos gastos sociais foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), a partir do Finanças do Brasil (Finbra), referente aos orçamentos municipais do Estado de São Paulo, no que se refere a despesas por função, com o objetivo de observar as informações disponíveis dos gastos nas áreas consideradas como sociais nesta monografia.

A pesquisa teve por intuito elucidar fatos importantes para compreender a estrutura de renda da região analisada e o formato dos gastos sociais durante o período, buscando estudos que abordam as transformações na sociedade da região metropolitana paulista e perseguindo evidências de causalidade entre as variáveis. Ao longo da pesquisa foram calculadas taxas de crescimento médio anual para os gastos sociais e renda *per capita*. As informações relacionadas a renda e ao Índice de Gini foram extraídas a partir dos documentos disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Enquanto as informações referentes aos gastos sociais foram capturadas do Finanças do Brasil (FINBRA). A taxa de crescimento médio para os gastos sociais e a renda per capita foi calculada com base na equação (1):

$$\ln(VF) - \ln(VI) / n = N^{\circ} \text{ de períodos} = \text{Exp}(X) \quad (1)$$

e

$$\text{Exp}(X) - 1 = \text{taxa de crescimento}$$

Onde:

$\ln(VF)$: Logaritmo natural da renda per capita mensal para o primeiro ano.

$\ln(VI)$: Logaritmo natural da renda per capita mensal para o último ano.

Dessa forma, esta monografia é dividida em cinco capítulos, incluindo esta parte introdutória e as considerações finais. O segundo capítulo tem como objetivo analisar a revisão bibliográfica utilizada como base para toda a pesquisa. O terceiro capítulo visa discutir a desigualdade de renda domiciliar da região, a partir de literaturas que tratam sobre o tema no período analisado, verificando se a literatura documenta mudanças significativas ou continuidade da estrutura de renda, além disso, observar o cenário atual da desigualdade nos municípios componentes da RMSP a partir dos documentos disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil dos censos existentes para o ano de 2000 e 2010 e informações do Cadastro Único do Governo Federal. O quarto capítulo tem o intuito de discutir os gastos sociais ao longo do período e analisar a relação de determinados gastos sociais sobre a sociedade que podem, de certa forma, influenciar a renda das pessoas, a partir dos documentos disponíveis no Finanças do Brasil (Finbra) de gastos do orçamento municipal empenhado de cada prefeitura para cada gasto social. Para correlacionar o impacto dos gastos sociais sobre a desigualdade de renda, foram desenvolvidos diagramas de dispersão com o objetivo de elucidar a correlação. Devido o problema da endogeneidade presente nas variáveis gastos sociais e desigualdade de renda, foram defasados períodos destintos a fim de reduzir o problema e tornar a análise menos comprometida com um possível problema de simultaneidade das variáveis.

1.3 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

A monografia está dividida em cinco capítulos incluindo este capítulo introdutório e as considerações finais. O segundo trata-se da revisão de literatura utilizada como base durante o processo científico. O terceiro capítulo visa analisar a trajetória da desigualdade de renda domiciliar na Região Metropolitana de São Paulo a partir dos documentos disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano e, por fim, o quarto capítulo discute a trajetória dos gastos sociais para a região e analisar se o aumento dos gastos surtiu alguma correlação sobre a desigualdade de renda.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esse capítulo tem como objetivo realizar uma revisão das áreas e literatura que estão relacionadas à problemática da pesquisa. O intuito é analisar a desigualdade de renda nos espaços urbanos e, como a economia urbana trata sobre o tema e, além disso, descrever como a economia do setor público atua em relação aos gastos sociais.

2.1 A DESIGUALDADE DE RENDA NOS ESPAÇOS URBANOS

A formação econômica das cidades e suas aglomerações produtivas são focos a serem explorados em pesquisas voltadas para uma região específica e sua dinâmica interna. Neste sentido, a economia urbana busca identificar essas economias e as relações entre elas. “O principal objetivo da economia urbana é explicar a estrutura interna das cidades, ou seja, como o solo é distribuído entre as diversas atividades e por que as cidades possuem um ou vários CBDs [centro de negócios]” (CRUZ; FURTADO; MONASTERIO; JÚNIOR, 2011, p. 22). “A recente história da urbanização é caracterizada pela consolidação de grandes aglomerações que transformam a escala e a configuração das cidades” (CUNHA, 2015, p.5). Essas aglomerações muitas vezes se caracterizam como regiões metropolitanas. Nesse sentido, a definição de região metropolitana, de acordo com Moraes (2006)

A metrópole é uma forma histórica de organização do espaço geográfico. A forma pela qual expressa o maior nível de adensamento populacional existente na superfície terrestre. Trata-se de uma massa contínua de ocupação humana e de edificações contíguas sem paralelo no globo. Uma aglomeração de pessoas e de espaços socialmente construídos, de magnitude ímpar na história. O fato metropolitano é, portanto, temporal e especialmente singular, expressando uma particularidade do mundo contemporâneo.

A importância do solo está nas diversas áreas do conhecimento ao longo da história e, na economia das cidades não seria diferente, a relevância do espaço urbano é evidente em grandes regiões que passam por processos de aglomeração industrial, macrocefalia urbana, migração pendular entre diversos outros processos abordados pela geografia econômica relacionados à teoria econômica e presentes nas regiões metropolitanas. A exemplo disto, Cruz, Furtado, Monasterio e Júnior (2011, p. 37) esclarecem que

Em grande medida, o presente estado das artes da geografia econômica é o resultado de um processo de duas faces. A primeira envolve os cientistas regionais que sentiram necessidade de sedimentar seus esforços na teoria econômica. Walter Isard é o fundador do que ele cunhou de “ciência regional”, ou seja, um campo multidisciplinar que visa ao estudo da organização de atividades humanas desempenhadas num espaço geográfico. Por muito tempo a ciência regional concentrou o foco mais nas técnicas de otimização, por causa do planejamento urbano e regional, do que nas análises de equilíbrio.

Como mencionado, a primeira fase de consolidação da geografia econômica tem como base a chamada ciência regional, responsável por analisar os desdobramentos das atividades internas das cidades e como essas cidades mantêm suas atividades em relação às outras, e o esforço de vinculação à teoria econômica dentro dos seus modelos e formas de atuação. A junção das atividades regionais e teoria econômica, formaram a economia regional e urbana propriamente dita.

Aprofundando ainda mais, Diniz e Crocco (2006), destacam que a teoria regional e urbana passou por recentes avanços na sua interpretação que acabaram por incorporar elementos importantes na análise econômica no estudo dos espaços, entre esses avanços é possível destacar “o papel do investimento e de aspectos macroeconômicos (educação, abertura, estabilidade macroeconômica etc.) no crescimento econômico diferenciado e nas possíveis convergências de renda entre regiões” (DINIZ; CROCCO, 2006, p.15). Esses apontamentos guardam proximidade com a questão das desigualdades, na dinâmica das economias regionais e urbanas, além de indicar a atuação dos gastos como forma de reduzir esta disparidade. Com isso, de acordo com Diniz e Crocco (2006, p. 17)

Neste sentido, se se quer reduzir as desigualdades regionais e promover mudanças estruturais que conduzam a uma melhor distribuição interpessoal da renda, seria necessário assegurar níveis de investimento adequados ao crescimento e às mudanças estruturais.

Tais desigualdades regionais se manifestam em diversos contextos sociais e podem ser explorados em várias áreas do conhecimento econômico. Com isso, a economia regional e urbana se propõe a estudar a desigualdade de renda domiciliar e a forma em que os gastos públicos podem propiciar uma melhor distribuição de alguma forma, em um contexto de região metropolitana, além de se tratar de uma área do conhecimento interdisciplinar que se relaciona com outras áreas para além das Ciências Econômicas, como a própria geografia, sociologia, antropologia, entre outras.

A desigualdade, de maneira geral, pode ser vista como um reflexo de diversas concentrações, exclusões e transformações que se instalam nas sociedades ao longo do tempo

e que divide determinados grupos sociais através da raça, gênero, religião, região e renda entre outros. Seus efeitos são maléficos e prejudicam o crescimento e desenvolvimento econômico. De acordo com Linhares et al. (2012, p. 403)

A desigualdade na distribuição de renda é considerada um problema crônico em várias sociedades e causa grande inquietação em seus governantes, principalmente por ser associada ao seu quadro de pobreza, à qualidade de seus índices de criminalidade, de saúde e de educação e à apropriação desproporcional de seus ganhos de produtividade.

Entretanto há teorias que discordam dos efeitos maléficos da desigualdade de renda interpessoal na sua íntegra. O economista russo Simon Kuznets lançou, em 1955, uma importante contribuição sobre o assunto. Analisando a problemática, Linhares et al. (2012, p. 404) afirmam que

Em um sistema de produção simples, com apenas os setores agrícola e industrial, Kuznets observou que quando a economia iniciava seu processo de expansão, a partir de um nível inicial de desenvolvimento, existia uma intensa migração da mão de obra mais habilidosa de setores menos dinâmicos – tradicionais e com baixo retorno – para setores mais dinâmicos, com alto retorno, gerando uma crescente desigualdade na distribuição de renda entre os indivíduos.

A migração da mão de obra menos dinâmica, em processos de expansão econômica, gera, de acordo com o raciocínio de Kuznets (1955) um aumento da desigualdade de renda temporário. Esse aumento perdura até a economia almejar determinado patamar, em que se inicia um processo de homogeneização. Sobre esse processo, Linhares et al. (2012, p. 404) ressaltam que

Após a economia alcançar um determinado patamar, haveria um processo gradual de homogeneização na produtividade dessa mão de obra, resultando em uma redução da desigualdade de renda na medida em que a economia continuava crescendo. Desta maneira, em estágios iniciais da formação econômica de uma sociedade, a relação entre desigualdade e crescimento de renda é positiva, e torna-se negativa a partir de um ponto crítico de maturidade deste processo de formação, configurando o que ficou conhecido na literatura como a hipótese do “U” invertido, ou simplesmente a hipótese de Kuznets.

Dessa forma, a hipótese do “U” invertido de Kuznets (1955) destaca que há uma relação positiva entre crescimento e desigualdade até certo nível do processo de expansão. Esse nível é limitado à migração da mão de obra para setores mais dinâmicos que, por sua vez, se estabilizam na medida em que o crescimento atinge um certo estágio de maturação, se convertendo numa relação negativa entre crescimento e desigualdade.

A desigualdade de renda domiciliar, objeto de pesquisa, é um termo muito amplo que pode ser analisado de diferentes pontos de partida. Sua amplitude abrange a desigualdade pessoal, familiar ou funcional de renda. Sua definição, basicamente, refere-se a renda disponível entre as pessoas, famílias ou funcionalidades dentro de uma economia, tendo essa diferença origens variadas que podem partir do rendimento do trabalho, produtividade, aparato estatal etc.

Segundo Barros et al. (2004), existem três determinantes primordiais da renda familiar *per capita* e, com isso, da desigualdade de renda: 1) as transformações demográficas; 2) o funcionamento e evolução de redes de proteção social e; 3) os rendimentos do trabalho. Todos esses determinantes guardam relação direta ou indireta com as áreas exploradas na pesquisa como, por exemplo, as transformações demográficas são materiais de estudo dentro da economia regional e urbana, enquanto o funcionamento e evolução de redes de proteção social está diretamente relacionado à economia do setor público e, por fim, os rendimentos do trabalho é o fator determinante da renda por estar relacionado à qualidade dos postos de trabalho, produtividade e qualificação das pessoas. Neste sentido, “a desigualdade de renda depende do grau de desigualdade em cada um dos fatores determinantes da renda familiar *per capita*” (BARROS et al., 2004, p.5).

Para refletir sobre a desigualdade de renda entre países, cidades ou regiões, é importante analisar a desigualdade de renda através de algum indicador estatístico. O índice de Gini, índices T e L de Theil são alguns indicadores de desigualdade. “Essas medidas têm sido comumente utilizadas na análise da distribuição da renda, mas é possível usá-las para medir o grau de desigualdade de qualquer distribuição estatística” (HOFFMANN, 2006, p.335). Para análise, o Índice de Gini é o indicador utilizado pela disponibilidade documental para os trinta e nove municípios. Segundo Wolffenbüttel (2004, p. 1)

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Esta forma de analisar a desigualdade de renda pessoal permite identificar a diferença, geralmente entre os 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres. Na prática, o índice varia entre zero a um, em que zero representa a igualdade total e um representa a concentração total, de acordo com Wolffenbuteel (2004). Neste sentido, valores próximos a um demonstram maior

concentração de renda em determinado grupo analisado. Portanto, a coleta dos índices de Gini das regiões analisadas se torna imprescindível para o aprofundamento da pesquisa.

Nesse sentido a economia urbana trabalha para combater as desigualdades regionais, entre elas, a de renda, buscando alternativas para amenizar seus efeitos. Analisando os avanços da economia regional e urbana, Pires et al. (2018, p. 244) afirmam que

A expressão disparidade regional se emprega, comumente, para designar as desigualdades de bem-estar ou de desenvolvimento entre regiões. A expressão desigualdade regional poderia servir de sinônimo. As disparidades são sempre avaliadas, explícita ou implicitamente, em comparação a uma situação de referência. Representam uma diferença em relação a uma norma. A utilização do termo implica, ante de tudo um enfoque normativo do que é aceitável ou não. Falar de disparidades regionais de um país, significa, em geral, avaliá-las como inaceitáveis.

Com isso, a economia urbana se propõe a compreender as disparidades urbanas e as consequências que estas provocam no sistema econômico como um todo. Segundo Pires et al. (2018), a concentração geográfica de produção ou de pessoas, pela desigualdade de renda, padrão de vida entre outros, representa uma situação de desequilíbrio do sistema econômico e, por isso, cabe à política econômica resolver as pendências que impedem o pleno funcionamento do sistema. Analisando a desigualdade de renda nos espaços urbanos, Cacciamali e Camillo (2009) ressaltam que mudanças no mercado de trabalho urbano, como o aumento da mão de obra mais escolarizada, é um indicativo importante para a redução da desigualdade pessoal de renda. Além disso, “deve-se atentar, para a expansão do trabalho urbano e metropolitano que tende a elevar a renda monetária, portanto, a renda domiciliar por pessoa” (CACCIAMALI; CAMILLO, 2009, p. 298).

2.2 A ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO E OS GASTOS SOCIAIS

O papel desempenhado pelo setor público na sociedade possui relação direta com o sistema econômico como um todo. Por se caracterizar como um setor da economia, o setor público pode ser observado do ponto de vista dos bens ofertados. Nesse sentido, segundo Fernandez (2014), bens públicos são ofertados de maneira não excludente e rivais. “Os chamados bens públicos puros, ou simplesmente bens públicos são aqueles cuja propriedade não pode ser individualizada em razão de esses bens ou serviços não serem divisíveis” (FERNANDEZ, 2014, p.13). É possível observar que os bens públicos ofertados neste setor possuem uma natureza e dinâmica muito específica, de acordo com Fernandez (2014) determinados bens têm sua oferta prevista no orçamento público imprescindivelmente, “uma

vez que os chamados bens públicos pertencem a uma categoria distinta, que não permite que sejam comercializados adequadamente no mercado devido à sua própria natureza” (FERNANDEZ, 2014, p.14). Costa (2010, p. 2) ainda ressalta que

A ideia subjacente a toda discussão em economia do setor público é de que estamos lidando com uma economia mista. Há, de um lado, um setor privado, no qual os agentes são livres para fazer suas escolhas. E de outro, um governo que procura estabelecer políticas de maneira a induzir (ou estimular) determinadas escolhas.

O autor aponta para o delineamento necessário entre os dois principais setores desta economia mista, o público e privado estão relacionados a todo momento, entretanto divididos pelos princípios básicos de produtos excludentes e rivais. Além disso, fica a cargo do setor público executar atividades das quais única e exclusivamente cabe a ele, essas atividades só são possíveis através dos gastos públicos previstos no orçamento.

Os gastos públicos e, especificamente, os gastos sociais (Previdência Social, Assistência Social, Educação, Saúde, Trabalho, Organização Agrária, Cultura e Desporto e Lazer, com maior enfoque nos gastos com Educação) compõem, em parte, a área da Economia do Setor Público. De acordo com Rosen e Gayer (2015), a Economia do Setor Público corresponde à forma como o governo intervém na alocação de recursos disponíveis e na distribuição de renda na sociedade. Partindo de uma visão orgânica do governo, enquanto um agente econômico, toma decisões de alocação e distribuição que interferem na sociedade como um todo. “Os objetivos da sociedade são definidos pelo Estado, que tenta conduzir a sociedade para sua realização. A escolha dos objetivos, é claro, varia consideravelmente”. (ROSEN; GAYER, 2015, p.03). Nesse sentido, as escolhas de alocação são definidas a partir de critérios estabelecidos pela gestão vigente.

“Parte importante da vida das pessoas, famílias, empresas e demais instituições passa pela forma com que o Estado e suas políticas públicas interagem e interferem em seu cotidiano” (CASTRO et al., 2012, p.2). Segundo o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). A partir disso, é analisado a associação dos gastos sociais em um contexto de economia do setor público para cada direito social.

A partir dessas definições é importante analisar de que forma o setor público desenha as políticas de gastos sociais para combater a desigualdade. Nas últimas décadas, o Brasil teve diversos avanços em relação às políticas de gastos sociais, promovendo uma variedade de

programas em áreas como educação e habitação. “Portanto, variedade e descentralização caracterizam, em termos gerais, o perfil de nossa política social atual” (BARROS; CARVALHO, 2003, p.1). Essa característica é pertinente para análise do combate à desigualdade de renda, pois pode proporcionar o acesso de municípios periféricos de regiões metropolitanas a programas sociais modernos. Entretanto, há problemas ainda insistentes. Sobre esses impasses, Barros e Carvalho (2003, p. 1) ressaltam que

Apesar dos avanços, alguns problemas permanecem. A falta de integração entre os programas sociais atuais, a ausência de coordenação entre os três níveis de governo, uma precária focalização na população mais carente, além das raras avaliações de impacto têm contribuído para que as transformações por que passou a política social brasileira não tenham sido suficientes para se alcançar reduções significativas no grau de desigualdade de renda no país.

Esses problemas podem ser persistentes ao enunciar a dinâmica interna das grandes regiões e municípios. A exemplo disso, alguns programas sociais acabam sendo implementados em algumas cidades por meio das prefeituras, não havendo uma integração ou alinhamento das três esferas governamentais, como o Programa Leve Leite da cidade de São Paulo e o Leite em casa do município de Guarulhos. Ademais, a ausência de avaliações de impacto para verificar o efeito das políticas de gastos sociais tem um potencial explicativo que impede uma melhor efetividade desses gastos. De acordo com Barros Carvalho (2003), em termos gerais, a política social brasileira tem falhado em atingir os mais pobres por problemas de focalização que, na sua interpretação, é precária na medida que atende segmentos não-pobres da sociedade. “Se, por um lado, os recursos disponíveis são suficientes para solucionar a pobreza, estes não são abundantes para permitir atender também a uma parcela significativa da população não-pobre” (BARROS; CARVALHO, 2003, p.5).

Partindo desse contexto cabe analisar a eficiência relativa das políticas públicas dos municípios da RMSP. De acordo com Silva, Kuwahara e Maciel (2012), nove municípios se mostraram eficientes em relação ao IDHM e dez municípios eficientes em termos de *Multidimensional Index of Quality of Life for Municipalities (MIQL-M)*, sendo São Caetano do Sul eficiente em ambas métricas estimadas.

Analisando os fatores determinantes do desenvolvimento humano no Estado de São Paulo a partir das despesas sociais, Prearo et al. (2015), verificaram que variáveis como Assistência Social, Despesa com Cultura, Despesa com Educação, Saneamento são estatisticamente significantes, no sentido em que surtem efeito sobre o IDHM dos municípios. Nesse sentido, Prearo et al. (2015, p. 152) afirmam que

De acordo com as observações, analisou-se que os municípios com menor desenvolvimento, pertencentes ao Grupo 1 (IDHM até 0,718) tendem a investir mais em pilares sociais básicos como Assistência Social e Educação. Tal fato pode ser explicado pela hipótese de que estes necessitam voltar sua atenção primeiramente à sua população, para assim conseguirem crescer em outros setores.

Nesse contexto, cidades em que o IDHM está numa faixa menor, na escala definida pelo autor, gastam maiores proporções das suas finanças em áreas essenciais para o desenvolvimento, como a Educação e a Assistência Social, dado que estas áreas possuem melhores correlações com o aumento da renda e bem-estar o que impacta diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Esses esforços concentrados em áreas imprescindíveis buscam igualar municípios que realizaram esses esforços no passado e que agora distribuem atenção em outras áreas de gastos. “Verificou-se também que municípios com alto grau de desenvolvimento apresentam maiores gastos em Saneamento e Cultura” (PREARO et al., 2015, p.152). Esse fato pode estar relacionado aos altos graus de urbanização que essas cidades detêm. Por possuírem maior desenvolvimento urbano, os municípios que apresentam maiores gastos com Cultura, supõe-se que realizaram os gastos necessários anteriormente, com questões mais fundamentais como Educação e Assistência Social e, dessa forma, consolidados esses gastos, concentram suas atenções em objetos que também tangem o desenvolvimento humano, logo, a renda dos domicílios, porém em graus mais complementares.

Hiromoto (2013), analisando o efeito do gasto municipal desagregado per capita por função orçamentária, observando a incidência da previdência e assistência social, educação e cultura e saúde e saneamento, além dos investimentos sobre a pobreza, verificou que os gastos municipais, assim como os federais, no agregado, tiveram efeito redutor da pobreza nos municípios brasileiros, tendo o maior gasto redutor com saúde e saneamento. “O investimento e todas as despesas municipais, com exceção do gasto com educação e cultura têm efeito redutor da pobreza” (HIROMOTO, 2013, p.60).

Ainda nessa linha, porém observando a incidência dos gastos sociais sobre a distribuição de renda na RMSP, Soares (1999) constata que o grupo mais pobre é o mais beneficiado, absorvendo por volta de 30% dos gastos sociais. Além disso, a absorção diminui quando aumenta o nível de renda. Entretanto, Soares (1999) ressalta que outros estudos realizados no país mostram um quadro em que os gastos sociais são “pró-rico”, ou seja, os domicílios com mais renda na sociedade absorvem, em maiores percentuais, os gastos sociais. “Apesar das diferenças metodológicas, de âmbito geográfico e de base de dados, as discrepâncias devem-se basicamente à consideração de outros componentes do gasto social nesses trabalhos” (SOARES, 1999, p.18). De acordo com o autor, o que contribui para o viés regressivo da

discrepância entre os “pró-pobres” e “pró-ricos” são os gastos com educação superior e aposentadorias.

3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

O objetivo deste capítulo é observar a situação da desigualdade domiciliar de renda, Índice de Gini e, indicadores unidimensionais da pobreza na Região Metropolitana de São Paulo, a partir dos documentos disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

3.1 ANÁLISE DA RENDA NA RMSP

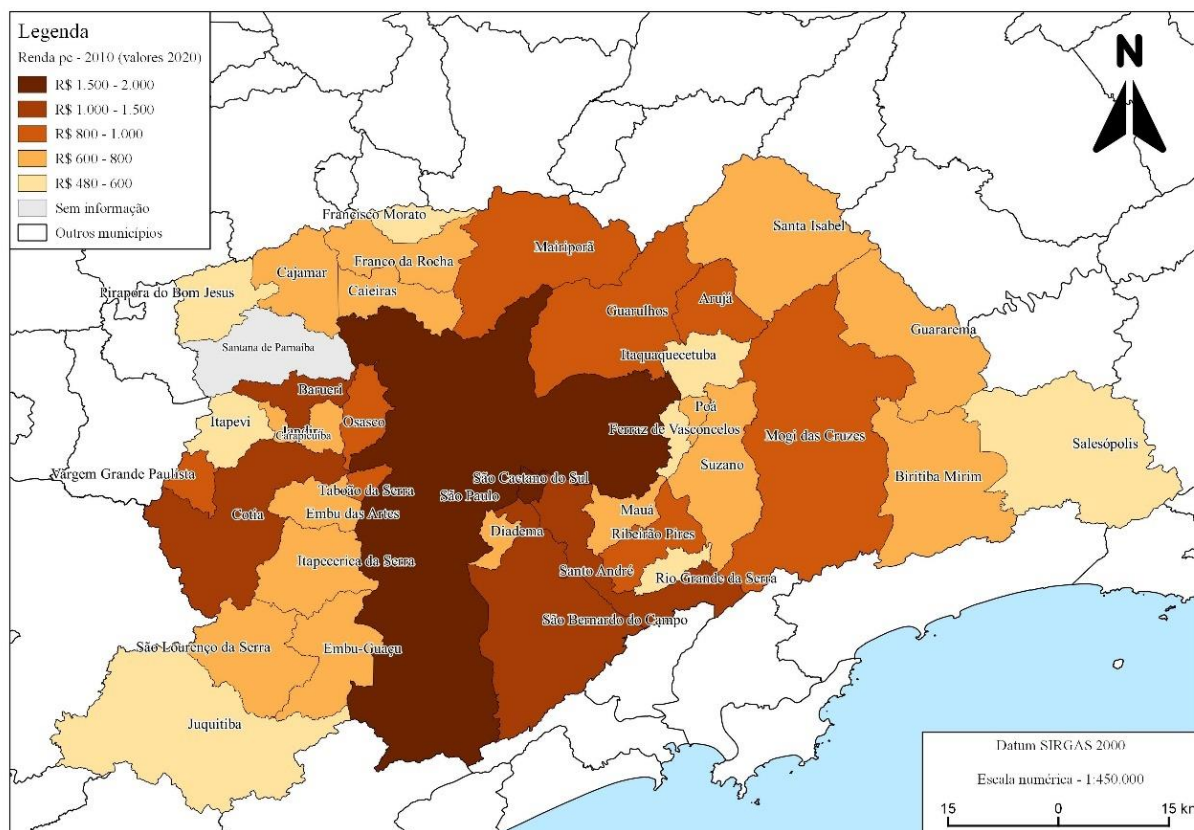
A desigualdade de renda pode ser observada de diversas formas. A partir do crescimento econômico, das variações na pobreza, dos rendimentos do trabalho, entre outros. De acordo com Paes de Barros (2004), para que ocorra crescimento é necessário um aumento na renda média por adulto, que é consequência da elevação das transferências de renda às famílias e remuneração dada ao trabalho. Outras variáveis também são relevantes quando é observada a renda das pessoas. A quantidade de adultos em idade apta ao trabalho por família, produtividade, qualidade e condições de trabalho são fatores decisivos na condição de renda de uma sociedade. O crescimento, a pobreza e a desigualdade são, em última instância, apenas medidas de variação, insuficiência e variabilidade da renda familiar *per capita*, respectivamente (PAES DE BARROS, 2004, p. 4).

Somado a todos esses fatores determinantes da renda, têm-se características intrínsecas às regiões metropolitanas que podem, de certa forma, influenciar a disparidade de renda entre as pessoas residentes dessas regiões. Entre esses fatores, é possível observar a migração pendular ao local de trabalho, característico de vastas regiões brasileiras e as cidades dormitórios como resultado desse processo. “As famílias moradoras das zonas geograficamente periféricas tendem a despender maior tempo em seus deslocamentos pendulares (casa-trabalho) e a ter menos acesso à infraestrutura urbana” (NADALIN; IGLIORI, 2015, p. 2). Essa tendência é geradora de problemas sociais relevantes, na medida que aumenta a desigualdade socioespacial entre os municípios de uma grande região.

As informações de renda *per capita* domiciliar mensal para a RMSP disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e o resultado do Censo 2010 (IBGE) são importantes fontes de informação para a situação geral dos municípios que compõem a região. Como o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi realizado em 2010, os valores foram atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com base no acumulado para o ano de 2020, para fins de análise. A finalidade do INPC

é a correção do poder de compra dos salários. Observando os rendimentos de cada município que compõe a região é possível notar uma vasta faixa de renda entre os trinta e nove municípios.

Figura 1 - Renda *per capita* na região metropolitana de São Paulo em 2010.



Fonte: Atlas do Brasil (2010). Nota: A renda *per capita* representa a renda domiciliar média por município. Os valores monetários foram atualizados a preços de 2020, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Visualizando a Figura 1, é possível notar que as maiores rendas *per capita* estão centralizadas na capital São Paulo (R\$ 1.501,68), acompanhando cidades próximas como Santo André e São Caetano do Sul. Entretanto, a maior renda *per capita* da região metropolitana cabe ao município de São Caetano do Sul (R\$ 2.024,16), na divisa com a capital paulista. As menores rendas *per capita* estão localizadas na periferia, no sentido geográfico, da Grande São Paulo, sendo Francisco Morato a menor fração de renda (R\$ 479,34), seguido de Itaquaquecetuba (R\$ 498,03) e Pirapora do Bom Jesus (R\$ 541,45). A média da renda municipal *per capita* é de R\$ 800,60, com um desvio padrão de 305,97, demonstrando uma vasta faixa de renda e um desvio da média significativo, enquanto a mediana é de R\$ 695,17, evidenciando uma assimetria positiva das informações, em que a média é maior que a mediana mostrando que a maioria das informações estão abaixo da média. Essa ampla diferença de renda *per capita* pode estar associada ao nível de desenvolvimento das diferentes regiões.

As informações apresentadas mostram a disparidade dos dados entre a região central em comparação às regiões espacialmente periféricas. A cidade de São Paulo e o chamado “ABC Paulista” com poucas exceções, possuem maiores faixas de renda *per capita*, baseado em desenvolvimento socioespacial precoce em relação às demais cidades, o crescimento econômico desses lugares, baseado inicialmente na rota comercial do café, no caso da cidade de São Paulo e no desenvolvimento industrial, no caso da região do ABC, tornou o centro da RMSP, em certo nível, economicamente desenvolvido. Em relação à caracterização econômica da RMSP, Diniz e Iglioni (2006, p. 8) evidenciam que

Isolando-se o município de São Paulo, observa-se que a expansão da região metropolitana seguiu seis grandes eixos. O primeiro estabelece a ligação São-Paulo-Santos, através das Rodovias Anchieta e Imigrantes, incluindo a grande área industrial do chamado ABC e contido dentro da microrregião geográfica de São Paulo, com sete municípios (São Caetano, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra).

O aumento da dinâmica econômica da região central ao longo dos anos e, principalmente a expansão do primeiro eixo apresentada pelos autores, demonstra o crescimento no centro da RMSP em detrimento das outras cidades. “De um lado, o aumento da densidade nas regiões centrais e, conseqüentemente do aumento da renda urbana, pela elevação dos preços dos terrenos, incrementos dos custos dos aluguéis e daqueles decorrente da congestão urbana” (DINIZ; IGLIORI, 2006, p. 13).

Baseado na renda, esse mesmo fenômeno não ocorreu nas regiões periféricas, sendo mais afastadas da capital, podem ter passado por processo de desenvolvimento econômico diferente, possivelmente com atividades econômicas com menores rendimentos. Nadalin e Iglioni (2015), apontam que alguns dos problemas urbanos da RMSP, como a periferação da população de baixa renda e a ocupação de regiões ambientais vulneráveis podem ser evidências de um processo de espraiamento urbano. “No plano teórico apresentamos a lógica da estrutura urbana e o conceito de espraiamento com um crescimento urbano exagerado, ou seja, fruto de falhas de mercado” (NADALIN; IGLIORI, 2015, p. 93). Observando esse fenômeno Diniz e Iglioni (2006, p. 13) ressaltam que

Por outro lado, a conjugação da elevação dos custos na região central com menores custos na periferia e a expansão e melhoria da rede viária facilitam e estimulam a desconcentração da população e de um conjunto de atividades econômicas, especialmente industriais. Essa é a razão pela qual as sub-regiões de Mogi das Cruzes, Guarulhos, Franco da Rocha, Taboão da Serra, e em menor medida, Osasco continuaram com altas taxas de crescimento demográfico nas últimas décadas.

Essas informações foram comparadas com os dados disponíveis no Censo do ano de 2000. Em termos de taxa de crescimento médio real anual, com base no INPC acumulado, a renda *per capita* cresceu, em média, 1,68%. Adentrando nos municípios, a maior taxa de crescimento médio anual foi de Rio Grande da Serra (2,98%), seguido de outros quinze municípios que apresentaram crescimento acima de dois por cento, como indica a Figura 2. As menores variações ficaram a cargo de Guararema (0,48%) e Poá (0,67%). No total, dezessete municípios tiveram um crescimento de renda *per capita* menor que a média para toda a região.

As relativamente grandes variações podem ser atreladas a níveis de renda *per capita* pequenas em 2000 que tiveram um avanço durante a primeira década do século XXI que, em termos percentuais, podem aparecer muito amplas em comparação à média. Oito municípios tiveram variações abaixo de um por cento, tendo como maior variação para 2010 desses oito, Salesópolis (0,99%). Vinte e três municípios tiveram variações abaixo de dois por cento no crescimento, sendo a maior renda em 2010 de Itaquaquecetuba (R\$ 498,03).

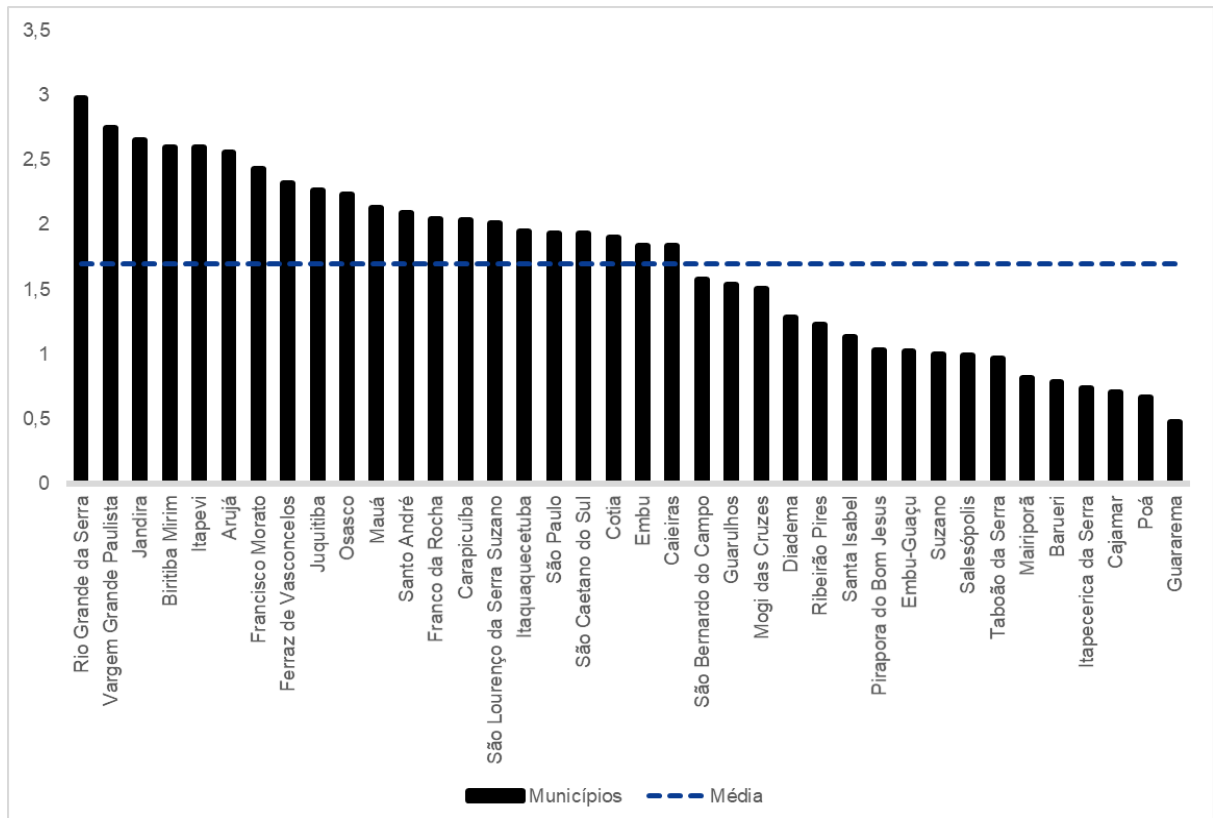
Os municípios que possuem proximidade à São Paulo e estão nessa faixa de renda são Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Itapeverica da Serra, os demais municípios estão nas regiões medianas ou extremas da Grande São Paulo. Essa comparação pode ressaltar a hipótese do processo de formação econômica da região desigual em alguns sentidos como, por exemplo, a alocação das atividades como indústrias e serviços de maior valor agregado e a qualificação da mão-de-obra e fatores inerentes como a educação. Neste sentido, Nadalin e Iglioni (2015) ressaltam que na capital se concentram funções de serviços especializados e, conseqüentemente, mais valorados, o que provoca uma desconcentração das atividades relativamente mais remuneradas para regiões adjacentes. “Em geral, esse movimento intraurbano reforça o padrão periférico de urbanização, no qual a porção central da metrópole perde população, enquanto a mancha urbana continua crescendo” (NADALIN; IGLIONI, 2015, p.99). Comin e Amitrano (2003, p. 65) reforçam que

[n]o setor de serviços, o município de São Paulo manteve sua hegemonia na geração de valor agregado, tendo inclusive aumentado sua participação de 63% para 65%. Esse crescimento ocorreu em detrimento dos municípios do ABC e de Guarulhos, ao passo que os demais se beneficiaram em conjunto, ampliando seu peso na renda gerada de 12,6% para 14,2%.

Contudo, é evidente a concentração de atividades com maior propensão à renda gerada nas regiões mais centrais da RMSP, em especial a capital paulista, que perdeu participação industrial em municípios próximos nas últimas décadas em detrimento da concentração de serviços mais bem remunerados. A renda foi também analisada com base na taxa média de

crescimento anual, considerando a renda *per capita* mensal dos Censos para os anos de 2000 e 2010. O período analisado mostrou uma taxa de crescimento médio anual de 1,77% para toda a RMSP. A Figura 2 apresenta a taxa calculada para as cidades analisadas.

Figura 2 - Taxa de crescimento média anual da renda *per capita* nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo entre 2000 e 2010 (%).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas do Brasil (2000,2010). Nota: A renda *per capita* representa a renda domiciliar média por município. A taxa de crescimento média anual foi computada seguindo a equação do crescimento: $\ln(VF) - \ln(VI) / n = 10 = Exp(X)$ e $Exp(X) - 1 = taxa\ de\ crescimento$. Onde: $\ln(VF)$: Logaritmo natural da renda *per capita* mensal para o ano de 2010. $\ln(VI)$: Logaritmo natural da renda *per capita* mensal para o ano de 2000. Os valores foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor a preços de 2020.

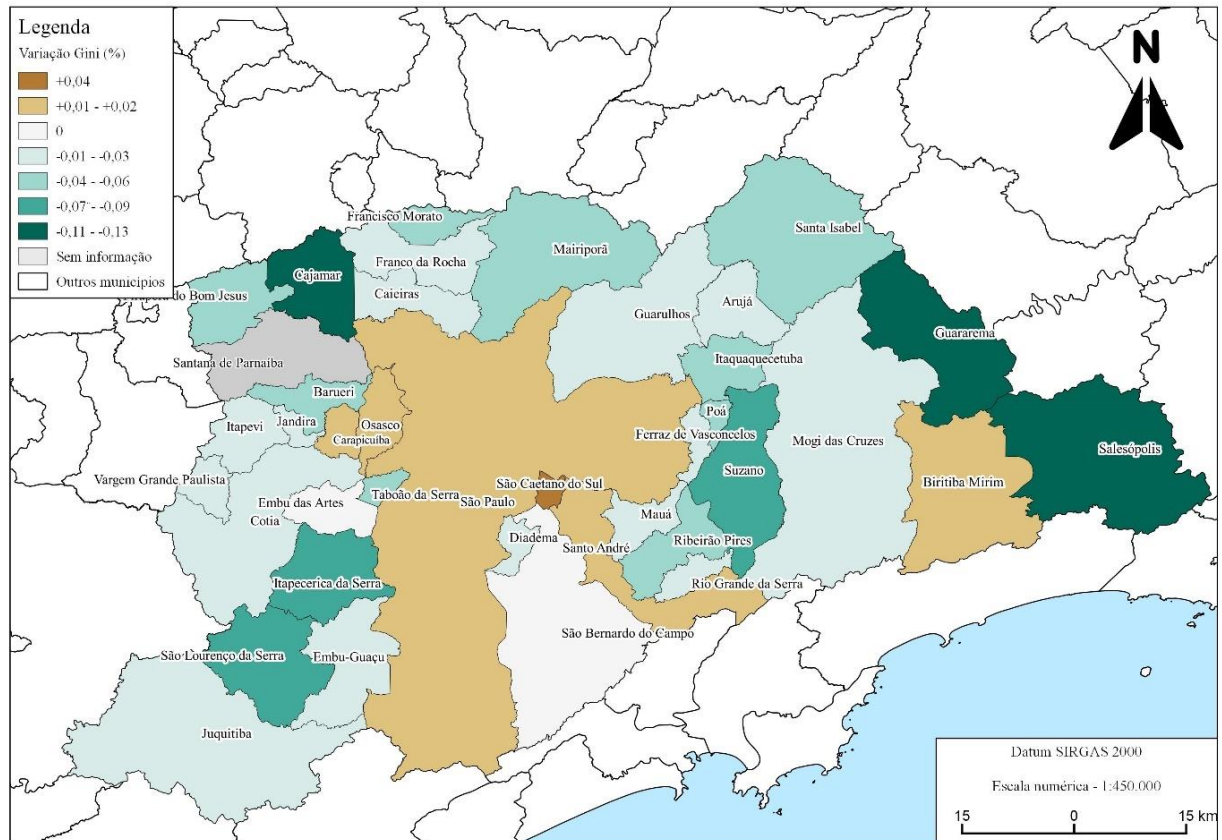
Em dezessete cidades ficaram abaixo da média calculada, sendo o município de Guararema com a menor taxa de crescimento média anual (0,64%). A cidade de Rio Grande da Serra teve a maior taxa anual, seguido de Vargem Grande Paulista e Jandira.

3.2 ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI E DA POBREZA NA RMSP

Em termos de concentração de renda *per capita*, foi observada a variação do Índice de Gini calculado nos Censos de 2000 e 2010 disponível para os municípios no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. A escala de Gini para todas as cidades ficou entre 0,39 a

0,62 no ano de 2010, demonstrando algumas variações entre as cidades ao longo dos dois censos de acordo com a Figura 3.

Figura 3 - Variação do Índice de Gini para RMSP (2000-2010).



Fonte: Atlas do Brasil (2000,2010). Nota: A variação do Índice de Gini foi calculado com base nas rendas disponíveis para os anos de 2000 e 2010 para cada município.

Como é possível observar na Figura 3, houve um aumento da concentração do Índice de Gini em alguns municípios. Na sua grande maioria, a situação do Índice possui uma tendência a redução da concentração. Analisando as informações do Índice para o ano de 2010, a cidade de São Paulo, segunda maior renda *per capita*, possui o maior índice de Gini para a RMSP (0,62), seguido de Barueri (0,62) e Cotia (0,57). Por possuírem rendas *per capita* elevadas, em relação aos demais municípios, a concentração de renda tende a ser maior, no sentido contrário de regiões com rendas menores, como o município de Rio Grande da Serra com o menor Gini (0,39).

A média é de 0,48 com desvio padrão de 0,05 e a mediana de 0,47 com quinze municípios ficaram acima da média. A característica do índice de Gini visualmente não segue um padrão, a capital por mais que eleve o índice para uma maior concentração, é possível observar municípios afastados do centro com índice consideravelmente elevado como o

município de Mogi das Cruzes (0,54) e Arujá (0,56). “Reduções no grau de desigualdade não se constituíram em instrumento de combate à pobreza no Brasil” (BARROS; CARVALHO, 2003, p. 4). A Figura 4 apresenta o índice de Gini dos municípios que compõe a região metropolitana de São Paulo para os anos disponíveis.

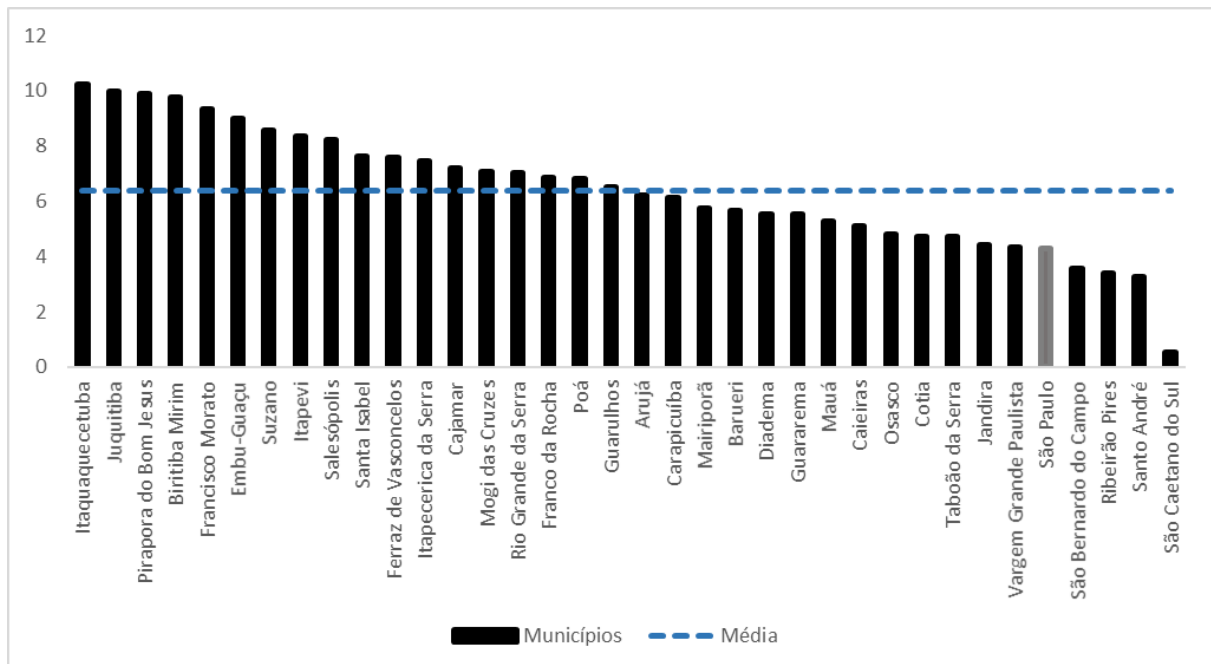
Figura 4 - Índice de Gini dos municípios da RMSP.

REGIÃO METROPOLITANA	2000	2010
São Paulo	0,61	0,62
Arujá	0,57	0,56
Barueri	0,67	0,61
Biritiba Mirim	0,51	0,53
Caieiras	0,49	0,47
Cajamar	0,54	0,43
Carapicuíba	0,45	0,46
Cotia	0,6	0,57
Diadema	0,46	0,43
Embu	0,45	0,45
Embu-Guaçu	0,53	0,5
Ferraz de Vasconcelos	0,46	0,43
Francisco Morato	0,45	0,4
Franco da Rocha	0,46	0,44
Guararema	0,59	0,47
Guarulhos	0,52	0,51
Itapecerica da Serra	0,52	0,45
Itapevi	0,48	0,45
Itaquaquecetuba	0,46	0,42
Jandira	0,49	0,48
Juquitiba	0,51	0,49
Mairiporã	0,62	0,56
Mauá	0,46	0,44
Mogi das Cruzes	0,57	0,54
Osasco	0,51	0,53
Pirapora do Bom Jesus	0,53	0,47
Poá	0,49	0,43
Ribeirão Pires	0,5	0,44
Rio Grande da Serra	0,42	0,39
Salesópolis	0,55	0,42
Santa Isabel	0,51	0,45
Santo André	0,52	0,53
São Bernardo do Campo	0,54	0,54
São Caetano do Sul	0,5	0,54
São Lourenço da Serra Suzano	0,56	0,47
Suzano	0,55	0,47
Taboão da Serra	0,51	0,47
Vargem Grande Paulista	0,51	0,5

Fonte: Atlas Brasil (2000, 2010). Nota: Índice de Gini calculado com base na renda para os anos de 2000 e 2020.

Para caracterizar uma vasta região como a RMSP e tentar identificar alguns fatores que podem estar interligados a desigualdade de renda nos municípios, é necessário adentrar a temática da pobreza, visto que essa tem um papel fundamental no debate sobre a desigualdade de renda. Para Hoffman (2006), a ideia de pobreza refere-se a vários tipos de privação em que pode estar caracterizado na ausência material ou interligada a fatores de ordem social e cultural. Por tratar-se de uma vasta região, os dois fatores podem estar presentes na concepção da pobreza na região. Segundo os indicadores de pobreza unidimensional do Censo 2010, baseado na distribuição Extrema Pobreza, Pobreza e Vulneráveis à Pobreza. No Atlas são considerados as pessoas com renda domiciliar *per capita* mensal inferior a R\$70,00 (Extrema Pobreza), R\$140,00 (Pobreza) e R\$255,00 (Vulneráveis à pobreza).

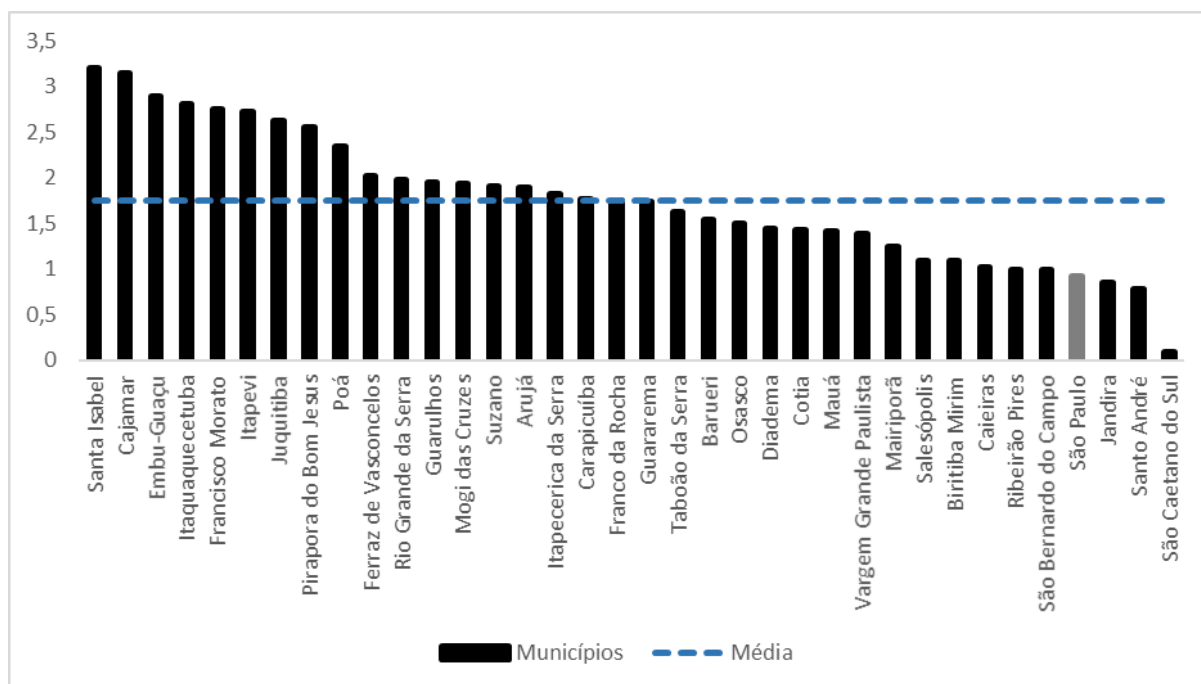
Figura 5 - Taxa de pobreza para RMSP (%).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000,2010). Nota: A taxa de pobreza considera domicílios com renda *per capita* mensal inferior a R\$140,00 (Pobreza), com base no Censo Demográfico de 2010.

Neste sentido, na Figura 5, pode-se observar a taxa de pobreza dos municípios metropolitanos principalmente nas regiões periféricas, especificamente na zona leste onde têm-se o maior percentual de pobreza. O município de Itaquaquecetuba lidera a taxa de pobreza da região (10,21%), seguido de Juquitiba (9,97%) e Pirapora do Bom Jesus (9,88%). A menor taxa de pobreza é em São Caetano do Sul (0,52%), seguido de Santo André (3,24%) e Ribeirão Pires (3,39%). A média da taxa de pobreza dos municípios observados é de 6,39%, estando dezoito municípios acima da média.

Figura 6 - Taxa de extrema pobreza para RMSP (%).

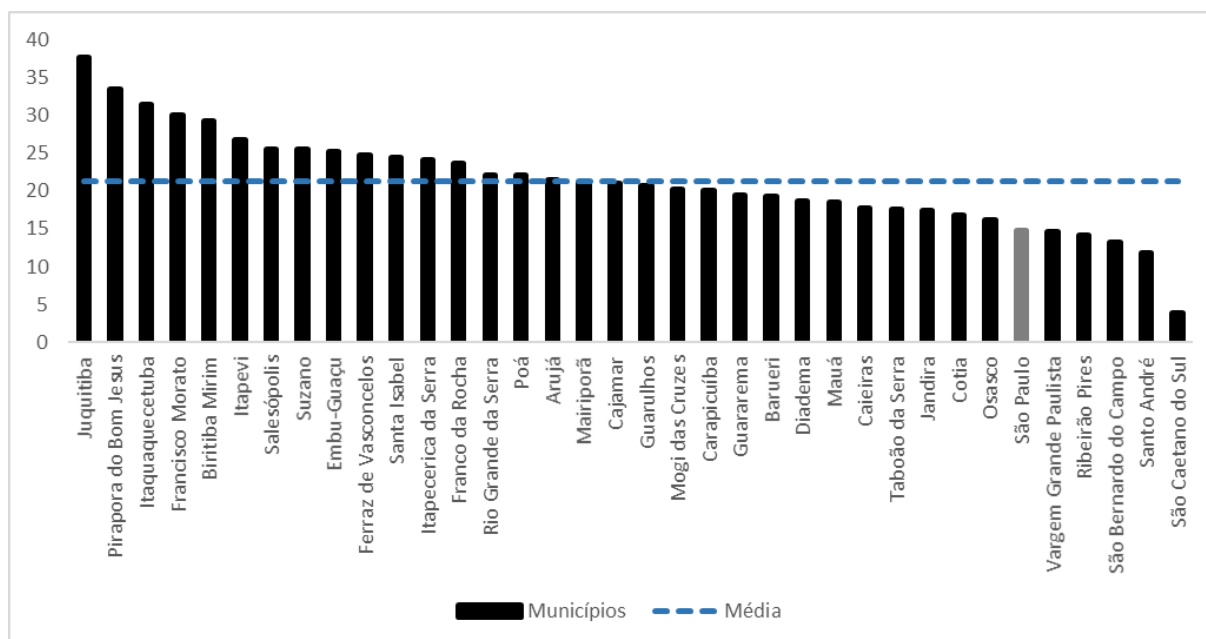


Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010). Nota: A taxa de extrema pobreza considera domicílios com renda *per capita* mensal inferior a R\$70,00 (Extrema Pobreza), com base no Censo Demográfico de 2010.

A taxa de extrema pobreza, apresentada na Figura 6, difere da taxa de pobreza na distribuição dos municípios. O município de Santa Isabel (3,21%) lidera neste quesito, seguido de Cajamar (3,14%) e Embu-Guaçu (2,89%). Enquanto São Caetano do Sul possui a menor taxa (0,09%), seguido de Santo André (0,78%) e Jandira (0,84%). A média de extrema pobreza baseada nos trinta e nove municípios é de 1,75%, com dezessete municípios acima da média. Sobre a temática, Barros e Carvalho (2003, p. 4) dissertam que

Sem dúvida alguma, o ideal para o combate à extrema pobreza seria combinar crescimento econômico e redução no grau de desigualdade. Contudo, vale ressaltar a enorme eficácia de reduções no grau de desigualdade para o combate à extrema pobreza.

Taxas relativamente altas de extrema pobreza podem provocar problemas econômicos e humanitários para uma determinada região, visto que essa condição impossibilita os indivíduos a suprirem necessidades básicas de sobrevivência. A combinação de crescimento econômico e redução da desigualdade de renda têm potencial resolutivo para esse problema.

Figura 7 - Taxa de vulneráveis à pobreza para RMSP (%).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010). Nota: São considerados os domicílios com renda *per capita* mensal inferior a R\$255,00 (Vulneráveis à pobreza) com base no Censo para o ano de 2010.

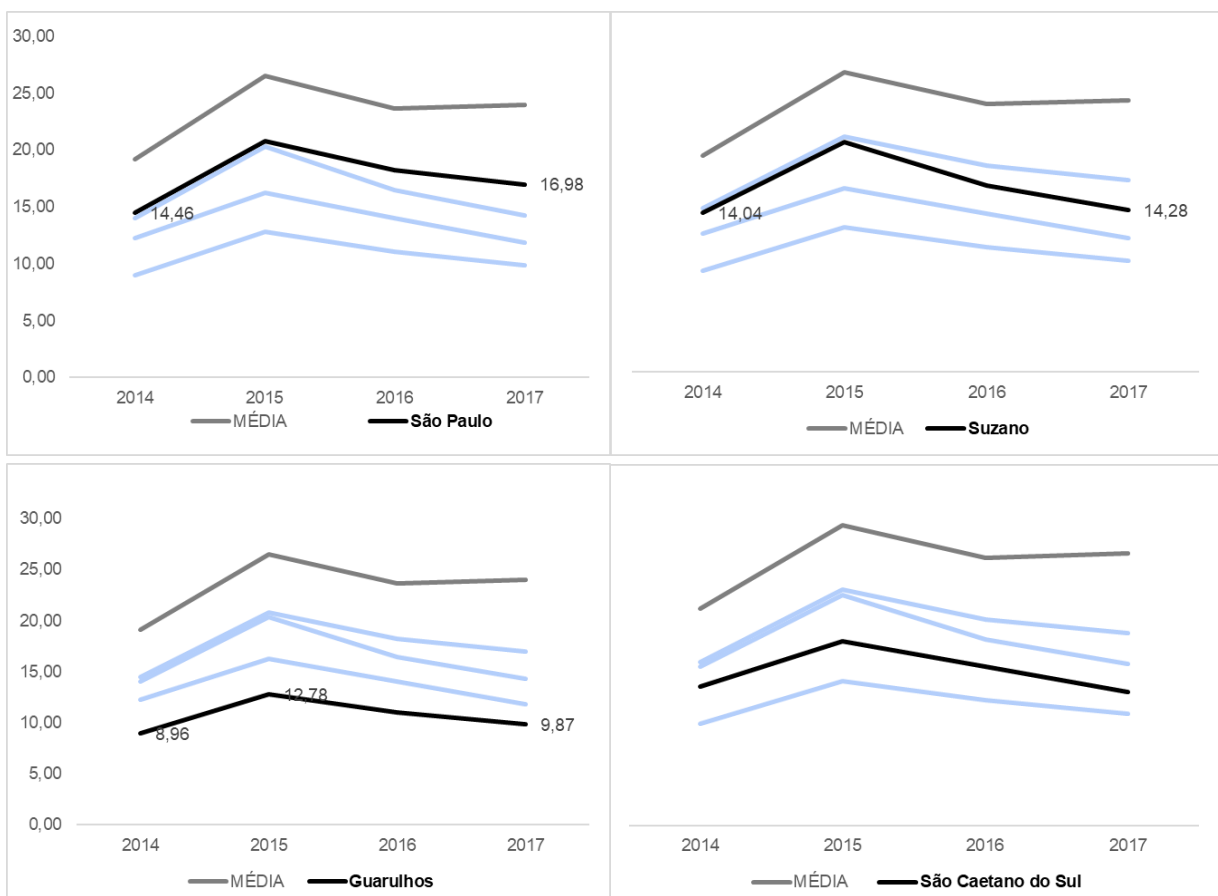
Diferentemente das taxas de pobreza e extrema pobreza, a Figura 7 demonstra, as famílias vulneráveis à pobreza são relativamente altas para parte dos municípios em comparação às taxas analisadas anteriormente. A cidade de Jujutiba lidera este ranking possuindo 37,56% das famílias vulneráveis, seguido de Pirapora do Bom Jesus (33,44%) e Itaquaquetuba (31,34%). A menor taxa segue com São Caetano do Sul (3,85%) e, logo após, as cidades de Santo André (11,77%) e São Bernardo do Campo (13,22%). A média fica em 21,19%, possuindo dezesseis cidades acima desta média.

Em Ferreira, Dini e Ferreira (2006), através do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), constataram a presença dos municípios de Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeçerica da Serra, Itapevi, Itaquaquetuba, Jandira, Pirapora do Bom Jesus, Rio Grande da Serra, Santana de Parnaíba, Suzano Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista como municípios “predominantemente pobres”, corroborando, em linhas gerais, às distribuições nos mapas. “Outra questão importante é que, na medida em que se afasta do centro, os municípios são mais heterogêneos, apresentando os vários grupos de vulnerabilidade. Já os extremos da região voltam a ser homogêneos” (FERREIRA; DINI; FERREIRA, 2006, p. 15).

Analisando as informações do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal que, no Atlas do Desenvolvimento, utilizam as mesmas classificações de pobreza com

as mesmas faixas de renda, entretanto, para o período de 2014 a 2017, observam-se variações significativas na maioria dos municípios da RMSP. É importante ressaltar que o objetivo do cadastro é identificar e conhecer as famílias brasileiras de baixa renda e, com essas informações, promover políticas públicas focalizadas com o intuito de promover melhoria nas condições de vida das pessoas. Porém, ao analisar as informações, é importante ter conhecimento que podem ter dois vieses nos dados. O primeiro seria que o aumento do número de famílias nas três classificações de pobreza pode ser reflexo do aumento de cadastros no Cadastro Único e, secundamente, as informações não necessariamente refletem o número de pessoas em situação de pobreza na região metropolitana, visto que não são todas essas famílias que estão cadastradas. Dessa forma, a análise reflete um recorte de um programa do Governo Federal com um objetivo específico descrito.

Figura 8 - Taxa de extremamente pobres (Cadastro Único).

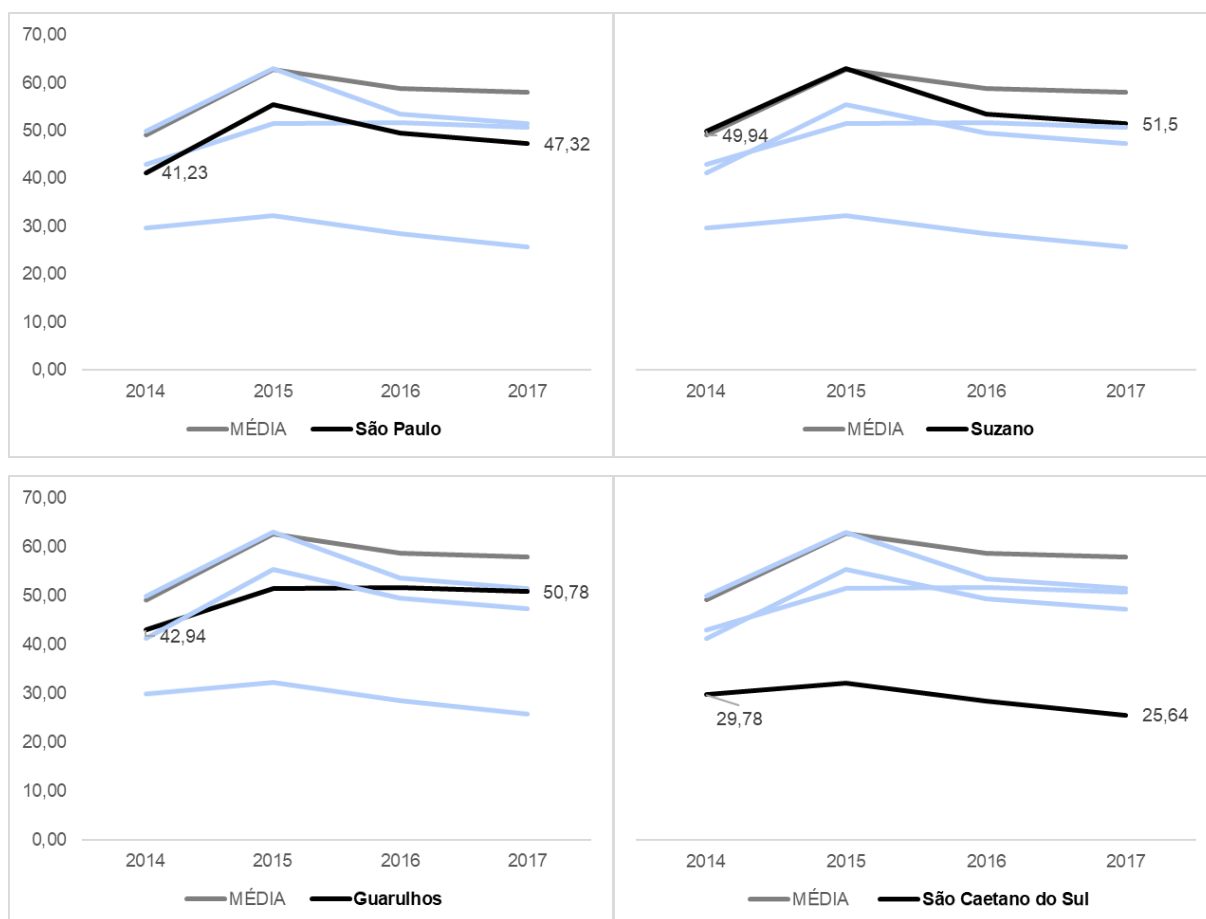


Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2017). Nota: Taxa de Extrema Pobreza (R\$ 70,00) com base nos Cadastros Únicos do Governo Federal para quatro municípios selecionados e média de toda RMSP.

Nas figuras 8, 9 e 10 foram selecionados quatro municípios para uma análise mais desagregada, visto que estes municípios se destacam devido sua grande população, PIB municipal

e diferentes taxas de gastos sociais *per capita*. Analisando a Figura 8, houve um crescimento da taxa entre o ano de 2014 para 2015. Essa tendência pode ser reflexo da crise econômica iniciada em 2014 que pode ter acarretado um aumento da demanda sobre benefícios sociais como o Bolsa Família. Em cidades com população significativa como São Paulo, Suzano e Guarulhos, mantiveram suas taxas abaixo da média de toda a região. As três cidades, baseado na estimativa populacional do IBGE (2020) compõe 64,02% de toda população da RMSP. A média de extremamente pobres foi de 19,15% em 2014 para 24% em 2017. A maior variação foi na cidade de Pirapora do Bom Jesus, em que representava uma situação de 33,32% no ano de 2014, fechando 2017 com 60,69%.

Figura 9 - Taxa de pobres (Cadastro Único).

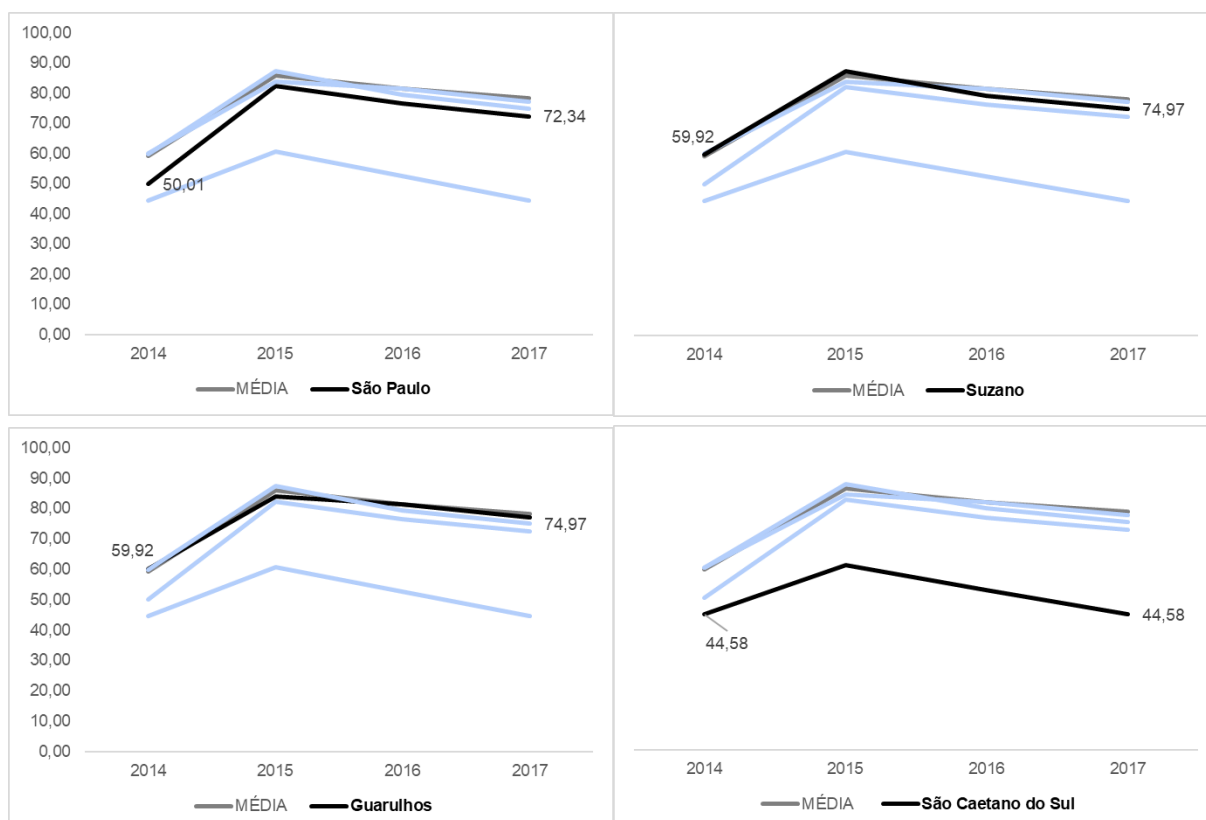


Fonte: Elaborado pelo autor Atlas Brasil (2017). Nota: Taxa de Pobreza (R\$ 140,00) com base nos Cadastros Únicos do Governo Federal para quatro municípios selecionados e média de toda RMSP.

Na taxa de pobreza, apresentada na Figura 9, em que o aumento médio foi mais significativo entre os municípios, com a presença das grandes cidades acompanhando a média geral. Em cidades como Itaquaquecetuba, onde a taxa para esse segmento já era elevada em 2014 (59,3%), manteve os patamares em 2017 (60,2%), sendo uma das menores variações

durante o período analisado. Como apresentado na Figura 9, São Caetano do Sul reduziu a pobreza em -4,14%, além do município, Mogi das Cruzes (-3,96%) e Juquitiba (-1,34) possuíram o mesmo fenômeno de redução, porém os patamares encontravam-se entre sessenta e setenta por cento, ou seja, elevados em relação a cidades como São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo. As cidades em que a taxa de pobreza a partir dos Cadastros Únicos aumentou foram Itapevi (23,78) e Carapicuíba (22,61).

Figura 10 - Taxa de vulneráveis à pobreza (Cadastro Único).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2017). Nota: Taxa de Pobreza (R\$ 255,00) com base nos Cadastros Únicos do Governo Federal para quatro municípios selecionados e média de toda RMSP.

As informações da Figura 10 sobre as famílias vulneráveis à pobreza mantêm um crescimento de 2014 a 2015 assim como as demais categorias, porém, grande parte com uma tendência de queda após esse aumento nas grandes cidades e São Caetano do Sul. Considerando todas as cidades da RMSP, algumas cidades tiveram aumentos significativos como Itapevi (31,19%), Carapicuíba (31,75%) e Cotia (28,62%), enquanto nenhuma cidade reduziu os vulneráveis à pobreza neste período. O significativo aumento entre os anos de 2014 a 2015 chamam a atenção mesmo com o viés atrelado a essas informações, visto que o período corresponde uma das maiores recessões vivenciadas pelo Brasil, em que o aumento dos

cadastros e famílias em uma das classificações de pobreza podem estar relacionados a crise econômica.

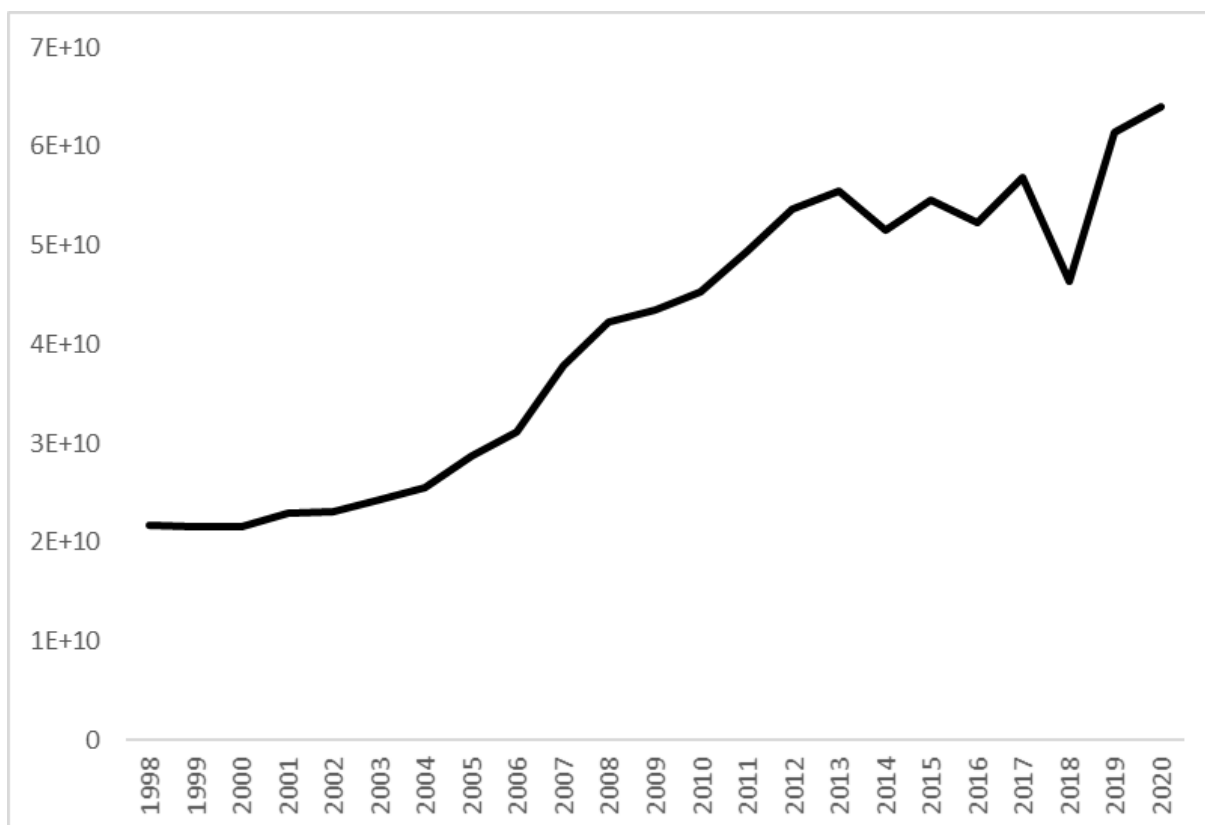
4. TRAJETÓRIA DOS GASTOS SOCIAIS E A ASSOCIAÇÃO COM A DESIGUALDADE

O intuito deste capítulo é analisar a trajetória dos gastos sociais na RMSP no período de 1998 a 2020 a partir de documentos disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), a partir do Finanças do Brasil (Finbra), referente aos orçamentos municipais do Estado de São Paulo, no que se refere às despesas por função.

A temática sobre os gastos públicos é fundamental na sociedade, pois seu debate norteia a formulação de políticas públicas, a igualdade, a equidade e a democracia de maneira geral. O acesso aos serviços do Estado, disponível através dos gastos públicos são essenciais para o desenvolvimento econômico. Segundo Sen (2000), há razões para observar a pobreza como uma privação de acessos básicos e não apenas como ausência de renda. Neste sentido, a privação de acessos aos serviços públicos pode estar diretamente relacionada aos gastos públicos e mais especificamente aos gastos sociais. Por esse motivo, existe um esforço do poder público de oferecer os determinados serviços para a população, com objetivo de amenizar indicadores de pobreza e desigualdade. Seguindo esse raciocínio, Silva, Kuwahara e Maciel (2012, p. 86) afirmam que

Um dos grandes desafios para os formuladores de políticas públicas é alocar os recursos de forma que se obtenha o máximo de bem-estar. Ou seja, promover adequadas condições de moradia, trabalho saúde, lazer, cultura e educação, o que significa que, além de promover condições econômicas para o desenvolvimento da produção e dos meios de troca de bens e serviços essenciais, os aspectos sociais como igualdade, acessibilidade e qualidade de vida devem ser garantidos.

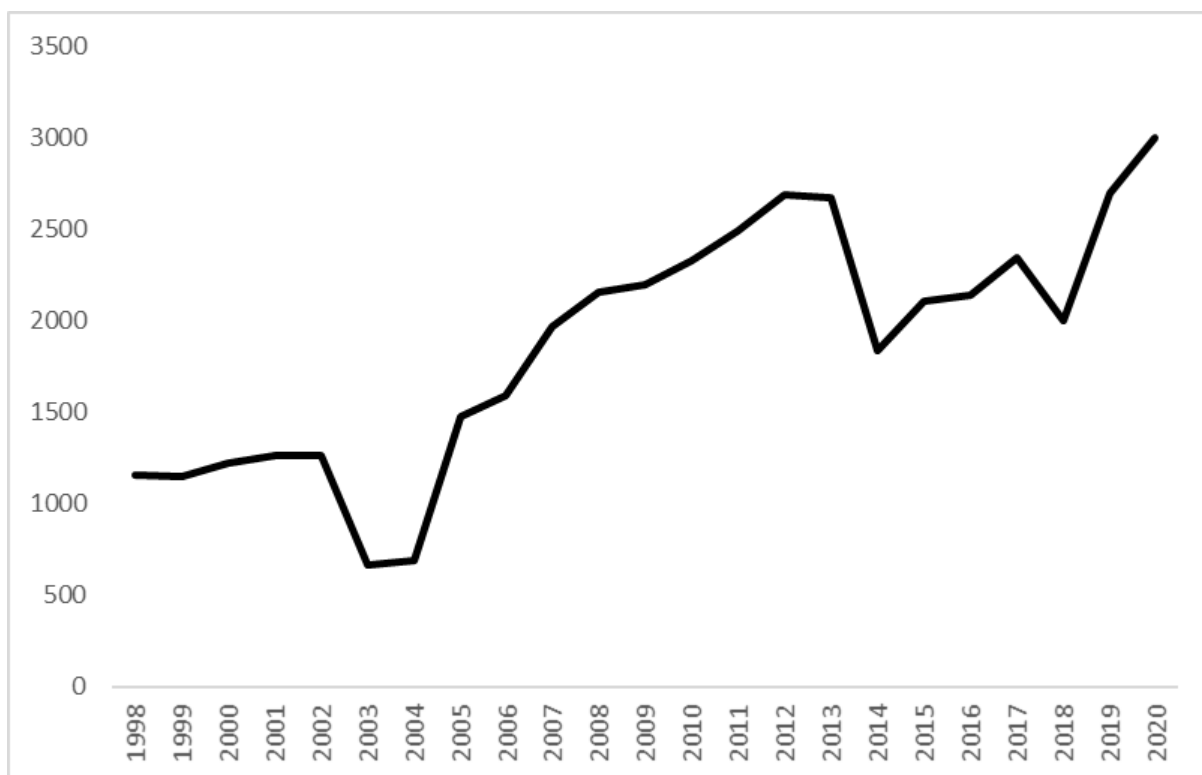
Considerando as informações de despesa por funções municipal, em reais, fornecidas pelo FINBRA, empenhado, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado com base no ano de 2020. Enquadram-se, portanto, nessa conta, as despesas por função, filtrados apenas os gastos sociais tratados nesta pesquisa: Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Direitos à Cidadania, Educação, Cultura, Organização Agrária e Desporto e Lazer.

Figura 11 - Trajetória dos gastos sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Finanças do Brasil. Nota: Considerando as informações de despesa por funções municipal, em reais, fornecidas pelo FINBRA, empenhado, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado com base no ano de 2020.

Neste sentido, a trajetória desses gastos demonstra um crescimento no período de 1998 a 2020, apresentado na Figura 11. É importante ressaltar que os valores anteriores a 1998 são incompletos no que se refere à distribuição por função, dessa forma, a série de informações é desintegrada, assim como as informações da população. A razão para o aumento dos gastos sociais pode ser atribuída a diversos fatores estruturais das últimas décadas. Entre eles, “o avanço da tecnologia industrial permitiu que as metrópoles oferecessem melhores condições de infraestrutura e de serviços públicos para a população” (SILVA; KUWAHARA; MACIEL, 2012, p. 86). Por se tratar de uma vasta região, as melhores condições dos serviços e da infraestrutura, resultante do avanço tecnológico industrial, pode ter permitido um aumento da oferta total para toda a população. Entretanto, Silva, Kuwahara e Maciel (2012) ressaltam que cidades com grandes aglomerados não possuem a oferta de equipamentos de infraestrutura suficientes para atender a demanda da população e, dessa forma, mesmo com o aumento da disponibilidade, pode não estar sendo acompanhada pelo acesso.

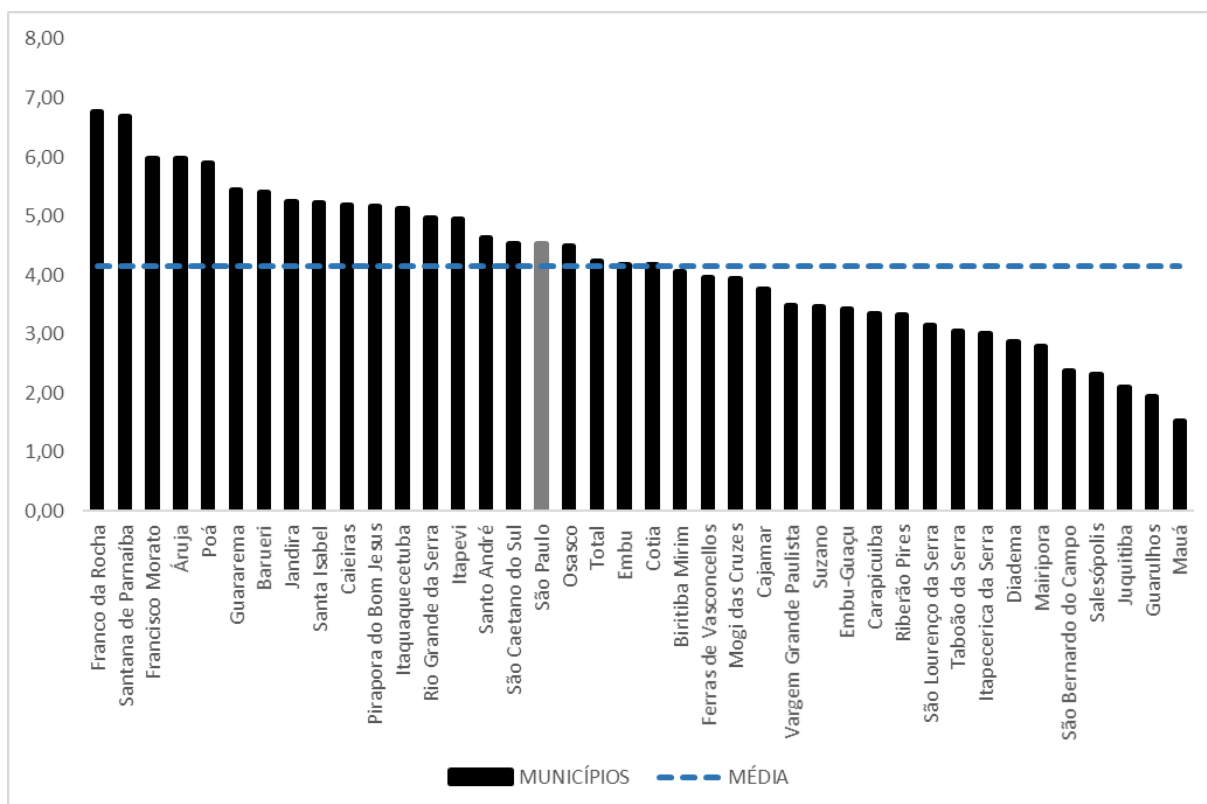
Figura 12 - Trajetória *per capita* dos gastos sociais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Finanças do Brasil. Nota: Considerando as informações de despesa por funções municipal, em reais, fornecidas pelo FINBRA, empenhado, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado com base no ano de 2020. Os dados foram divididos pela estimativa da população disponível no IBGE (2021).

As informações apresentadas na Figura 12 mostram os gastos sociais *per capita*, baseado na soma populacional de cada município para cada ano analisado, essas informações estão disponíveis na base de dados do Finanças do Brasil (FINBRA). Com isso, é possível analisar que a trajetória dos gastos sociais *per capita* não possui uma trajetória crescente em todos os anos. De 2013 a 2014 tem uma queda acentuada nos gastos por pessoa, retomando o crescimento em 2018.

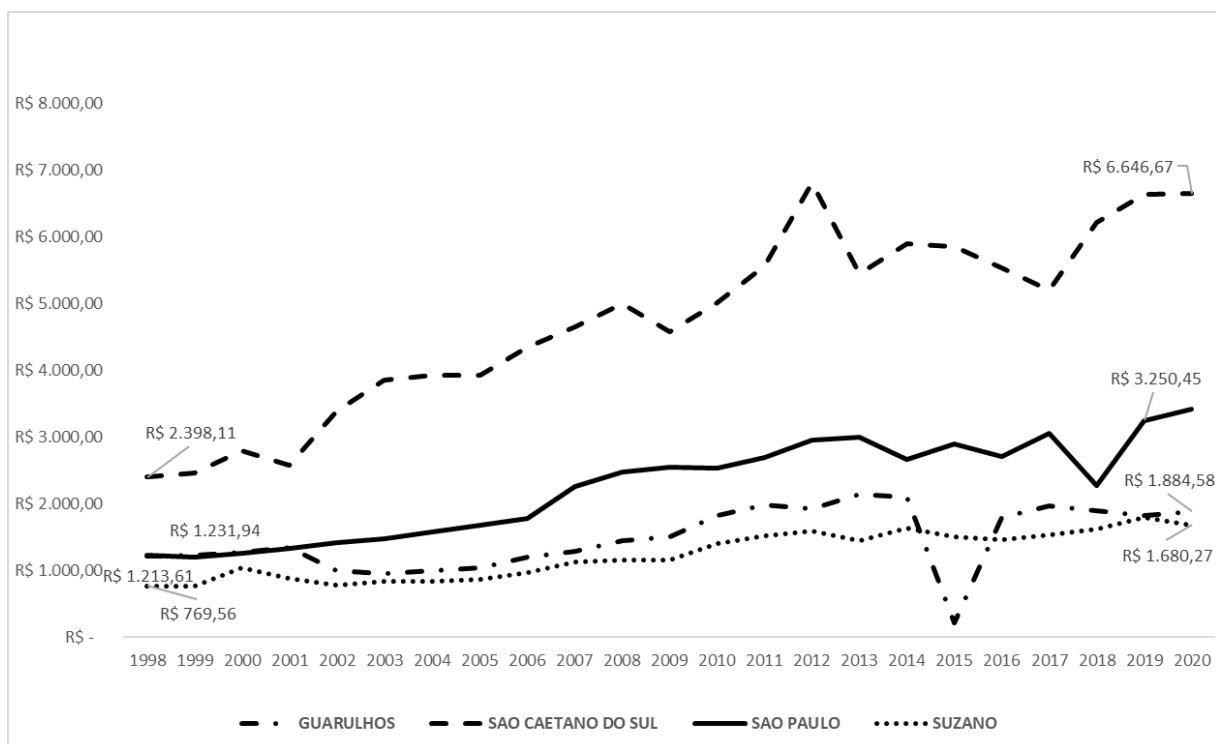
Figura 13 - Taxa de crescimento anual médio por município dos gastos *per capita* (%).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Finanças do Brasil (Finbra). Nota: A taxa de crescimento média anual foi computada seguindo a equação do crescimento: $\ln(VF) - \ln(VI) / n = 10 = Exp(X)$ e $Exp(X) - 1 = taxa\ de\ crescimento$. Onde: $\ln(VF)$: Logaritmo natural dos gastos sociais para o ano de 2018. $\ln(VI)$: Logaritmo natural dos gastos sociais para o ano de 2002. Os valores foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor a preços de 2020.

Observando a Figura 13, em que demonstra a taxa de crescimento anual os gastos sociais *per capita* cresceram 4,22% ao ano na RMSp. A média de crescimento ficou em 4,16%. A cidade de Franco da Rocha teve a maior taxa de crescimento anual (6,75%), enquanto Mauá teve a menor taxa (1,52%). Observando a taxa de crescimento, é possível correlacionar que parte dos municípios que possuem altas taxas de crescimento, deve-se ao baixo valor *per capita* dessas cidades nas primeiras décadas da análise, resultando posteriormente em aumentos significativos. Esse padrão não se prolonga para outras cidades, Guarulhos, Mauá e Juquitiba, por exemplo, possuíam baixos níveis *per capita* e baixa taxa de crescimento do gasto.

Figura 14 - Trajetória dos gastos sociais *per capita* para municípios selecionados.



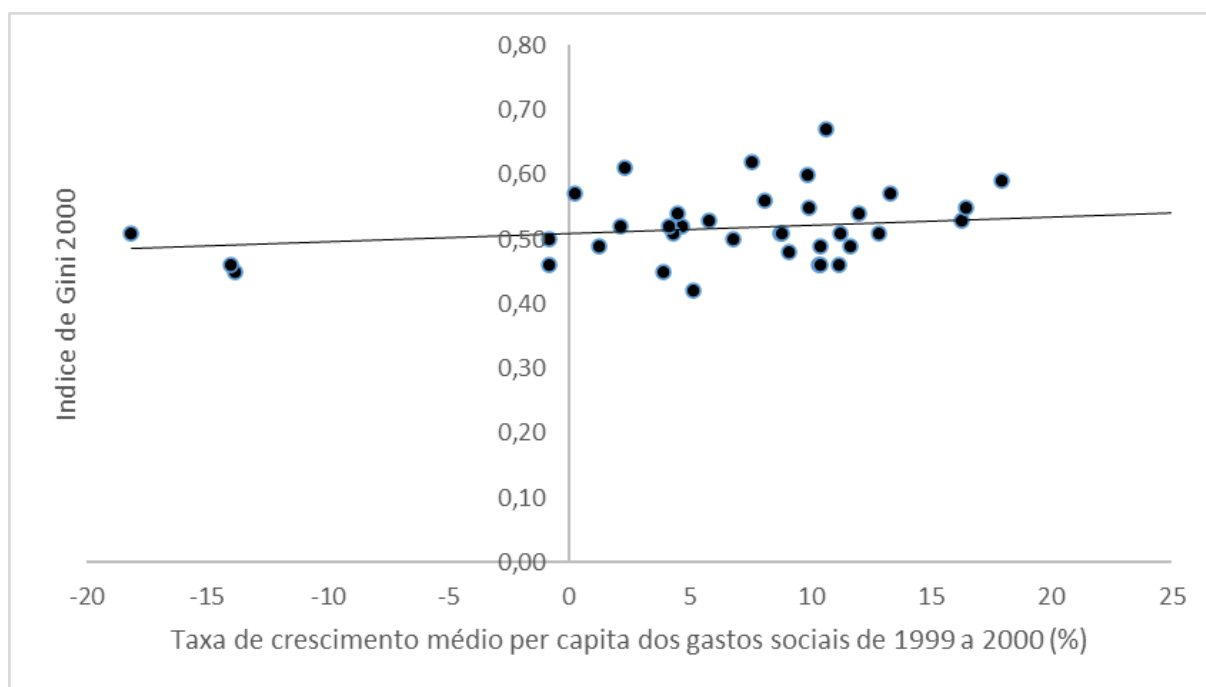
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Finanças do Brasil (Finbra). Nota: Considerando as informações de despesa por funções municipal, em reais, fornecidas pelo FINBRA, empenhado, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para quatro município selecionados e considerando os gastos sociais *per capita* de cada um deles, acumulado com base no ano de 2020 para municípios selecionados.

Os municípios selecionados demonstram trajetórias de gastos sociais diferentes. Isso pode possuir, em algum grau, alguma correlação com o perfil do município, sobretudo quanto a caracterização de renda e desenvolvimento desses espaços, visto que os municípios com as menores taxas de crescimento dos gastos sociais possuem também menor crescimento de IDHM e, sobretudo, renda *per capita*, além de maiores taxas de pobreza. Como mostra a Figura 14, a capital paulista e o município de São Caetano mantiveram, relativamente, elevados níveis de gastos sociais reais *per capita* ao longo do período analisado. Os municípios São Paulo e São Caetano do Sul tiveram taxas de 4,53% de crescimento médio anual dos gastos sociais, enquanto em Suzano cresceu em média 3,45% e Guarulhos 1,93%, sendo a segunda menor taxa, abaixo apenas da cidade de Mauá (1,52%).

Dado o aumento dos gastos sociais nas últimas décadas, conforme apresentado nas figuras acima, cabe analisar os prováveis associações com a desigualdade de renda. Esta análise foi elaborada a partir de figuras de dispersão, utilizando os gastos sociais como variável relacionada ao eixo das abscissas e a variação do Índice de Gini relacionada ao eixo das ordenadas. É imprescindível ressaltar que a relação corresponde a uma correlação de variáveis endógenas, em que o problema da simultaneidade pode influenciar a análise, no sentido de uma

variável influencia a outra. Além disso, por se tratar de duas variáveis endógenas, foi utilizado a técnica de defasagem no intuito de inspecionar e enfraquecer o fator endógeno. Portanto, os aumentos dos gastos sociais podem ter uma relação com a redução da desigualdade de renda, entretanto a desigualdade de renda também pode guardar uma relação direta com o aumento dos gastos sociais, por esse motivo o problema da endogeneidade e simultaneidade é factível. É logicamente possível que a desigualdade demanda um crescimento maior dos gastos sociais, por outros canais. Nesse sentido, é plenamente possível que a causalidade seja inversa ou mesmo bidirecional. Por isso, defasar é o mecanismo viável para inspecionar se a endogeneidade enfraquece.

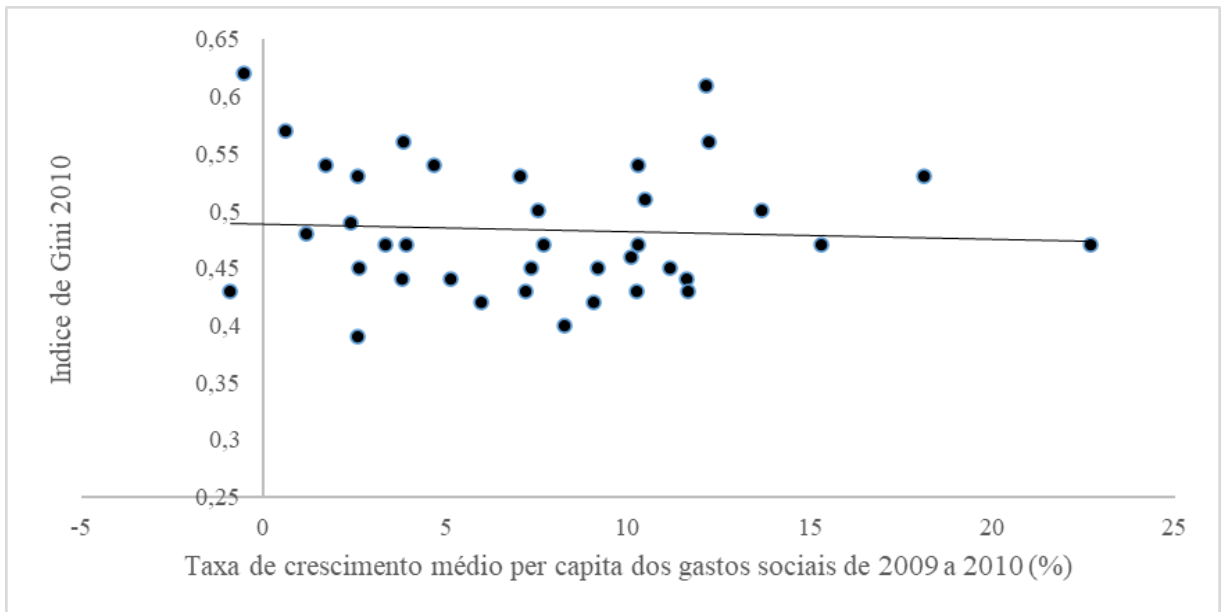
Figura 15 - Relação contemporânea entre a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais *per capita* (%) e Índice de Gini 2000.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Dispersão entre o Índice de Gini para o ano de 2000 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais *per capita* (%). A linha de tendência representa um ajuste linear simples baseado no estimador de mínimos quadrado ordinários.

A relação contemporânea correspondente ao Censo para os anos de 2000 e 2010, nas Figuras 15 e 16 demonstram uma linha de tendência positivamente e negativamente inclinada, respectivamente. No primeiro caso, para o Censo de 2000, o problema da endogeneidade pode estar presente em relação à análise contemporânea para o ano de 2010, visto que a tendência é positiva. Para 2010, a figura de dispersão aponta para a uma pequena correlação entre as variáveis, visto que a tendência é relativamente negativa, entretanto, não muito em comparação com as próximas associações apresentadas.

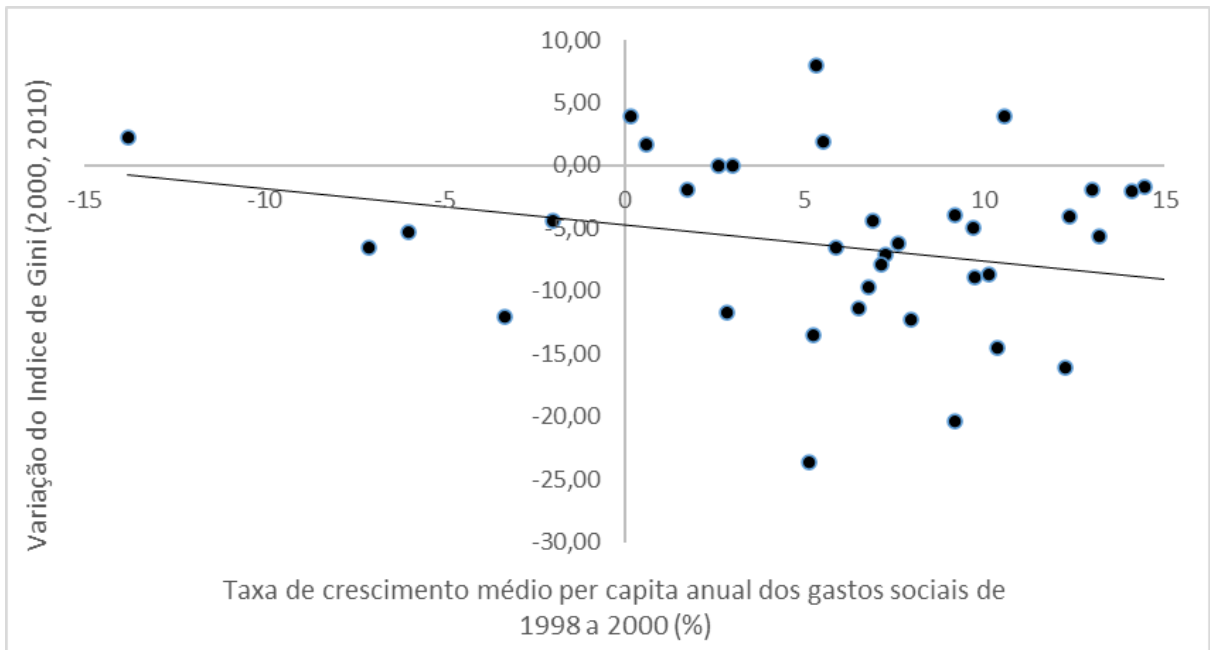
Figura 16 - Relação contemporânea entre a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais per capita (%) e Índice de Gini 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Dispersão entre o Índice de Gini para o ano de 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais per capita (%).

Observando para um período defasado da taxa de crescimento médio dos gastos sociais na Figura 17, visando enfraquecer o problema da simultaneidade, a tendência negativa se demonstra mais aparente em relação a figura anterior, possuindo mais municípios com altas taxas de crescimento médio dos gastos em detrimento da redução do Índice de Gini entre as cidades.

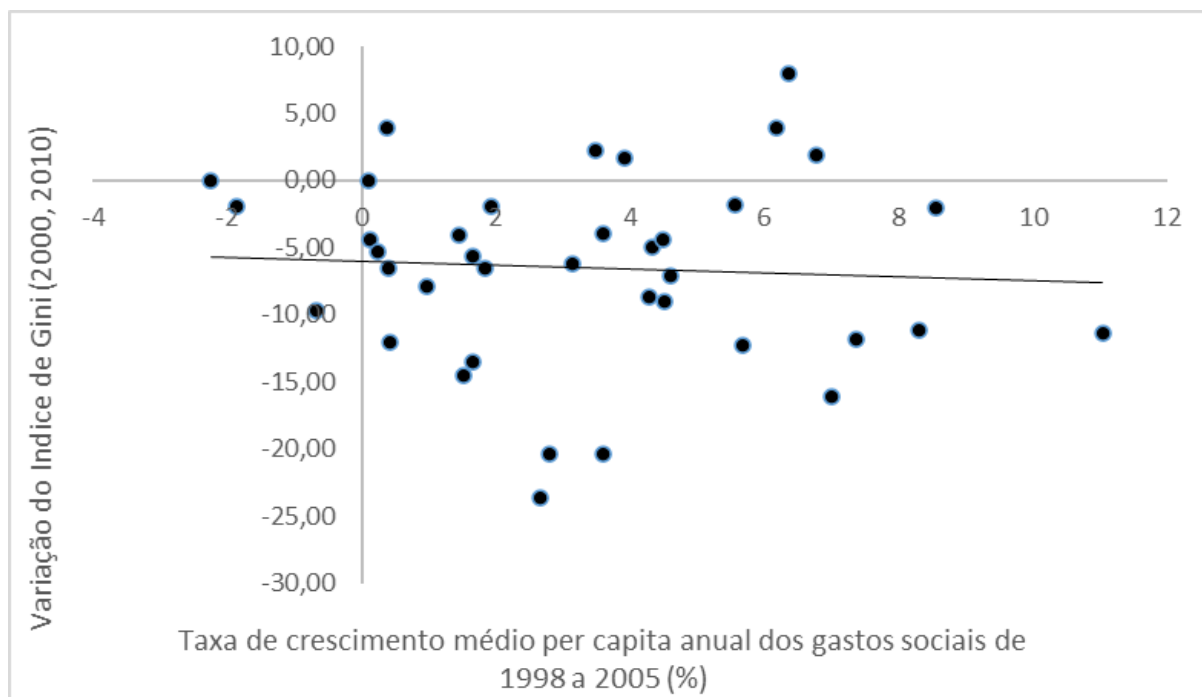
Figura 17 - Taxa de crescimento médio dos gastos sociais (1998-2000) e variação do Índice de Gini (defasados).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem da dispersão entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais per capita (%).

Dado a modificação do período de defasagem na Figura 18, para a mesma variação de Gini, as taxas de crescimento médio dos gastos sociais foram mais reduzidas em comparação a defasagem anterior. De maneira geral, em cidades em que a desigualdade aumentou ou reduziu, permaneceram com semelhantes níveis de gastos sociais o que não permite observar uma correlação acentuada semelhante à figura 17.

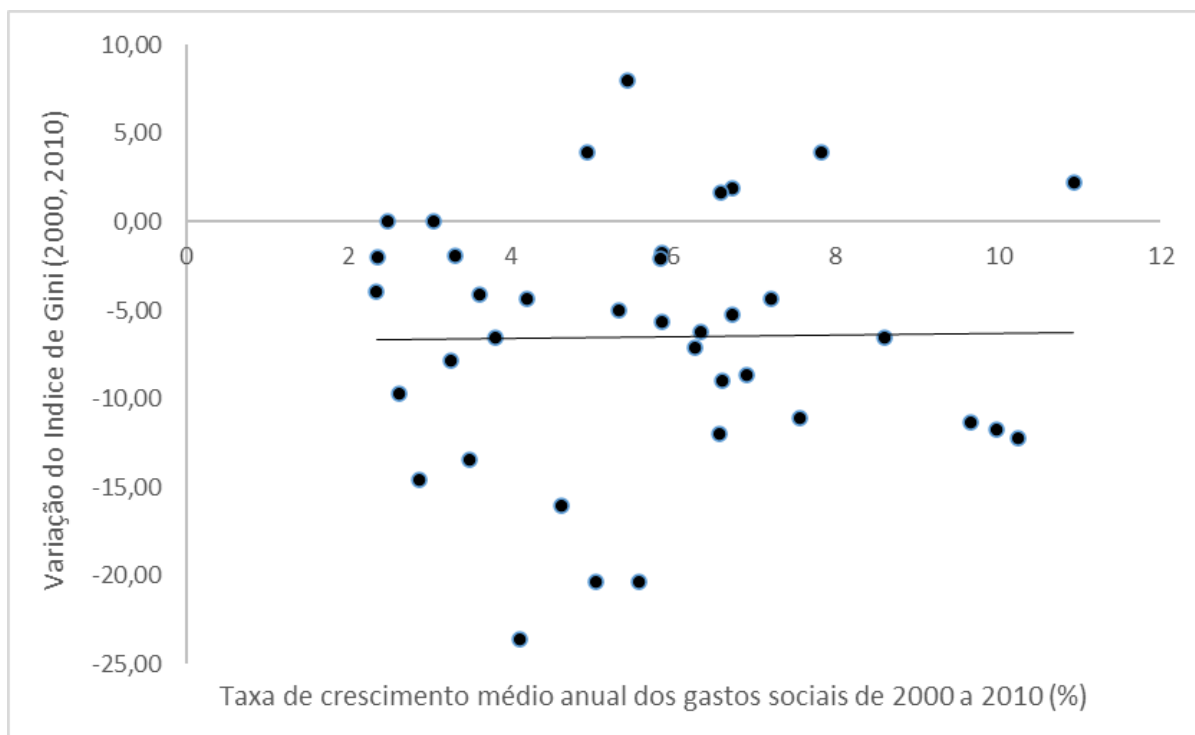
Figura 18 - Taxa de crescimento médio dos gastos sociais (1998-2005) x variação do Índice de Gini (defasados).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais per capita (%).

Verificando o período entre os anos de 2000 a 2010 da taxa de crescimento médio dos gastos sociais *per capita*, em comparação à variação do Índice de Gini semelhante ao mesmo período, presente na Figura 15, não é possível verificar uma correlação dada a linha de tendência positiva. A minoria dos municípios em que a concentração de renda teve um aumento na variação calculada, mantiveram taxas de crescimento médio anual dos gastos sociais ao ponto de inclinar a tendência positivamente. Na análise de Silva, Kuwahara e Maciel (2012), em que foi analisado os municípios que se mostram eficientes em termos de gastos sociais em relação ao IDHM, a correlação presente nesta pesquisa vai de encontro, em parte, com os resultados apresentados, visto que dos nove municípios que se apresentaram eficientes no efeito dos gastos públicos sobre o IDHM, o município de São Caetano do Sul teve um aumento da desigualdade de renda acompanhado do aumento dos gastos sociais. A pesquisa de Silva, Kuwahara e Maciel (2012), possivelmente, pode ter destacado a eficiência do município de São Caetano do Sul, dado os gastos sociais nos pilares longevidade e educação, que compõe o IDHM junto à renda.

Figura 19 - Taxa de crescimento médio dos gastos sociais x variação do Índice de Gini (defasados).

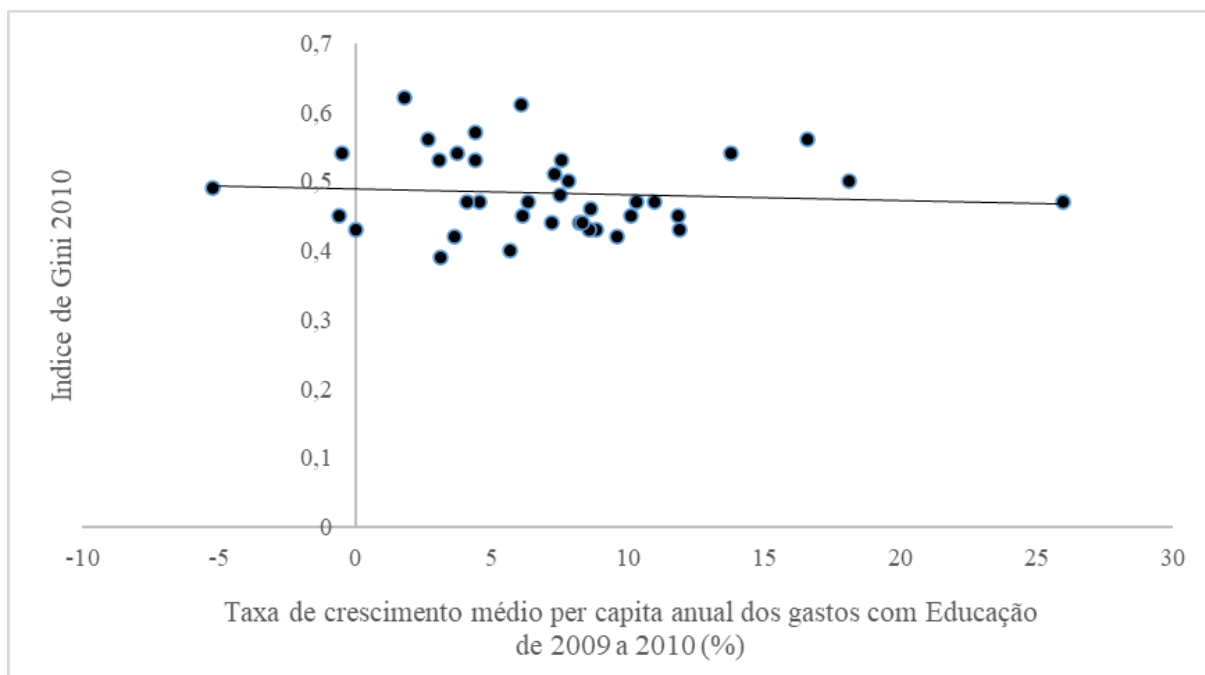


Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais *per capita* (%).

A Figura 19 permite notar que não há um padrão, a maioria dos municípios sustentou taxas de crescimento média anuais positivas com queda no Índice de Gini. Contudo, não há uma regularidade entre as cidades. A linha de tendência indica a ausência desse padrão. É possível notar que alguns municípios conseguiram reduzir a desigualdade aumentando pouco seus gastos *per capita*. Em contrapartida, outras cidades aumentaram mais de 10% seus gastos por pessoa e a desigualdade aumentou. Dado as defasagens nas taxas de crescimento médio *per capita* dos gastos sociais, é possível delimitar uma relação negativa, porém fraca, visto que um dos períodos apresentou tendência positiva.

Para aprofundar a análise dos resultados, foram desagregados dois gastos sociais presentes em todos os municípios da RMSP. Prearo et al. (2015) dissertam que, dentro das Finanças Públicas, Educação e Saúde são os gastos que os municípios possuem maior preocupação. Observando os dois principais gastos sociais municipais (educação e saúde) é possível notar diferentes correlações com a desigualdade. Primeiramente, focalizando os gastos com educação, é notável a correlação que este fator possui com desigualdade de renda, presente na Figura 20.

Figura 20 - Relação contemporânea entre a taxa de crescimento médio dos gastos com Educação (2009-2010) x variação do Índice de Gini 2010.

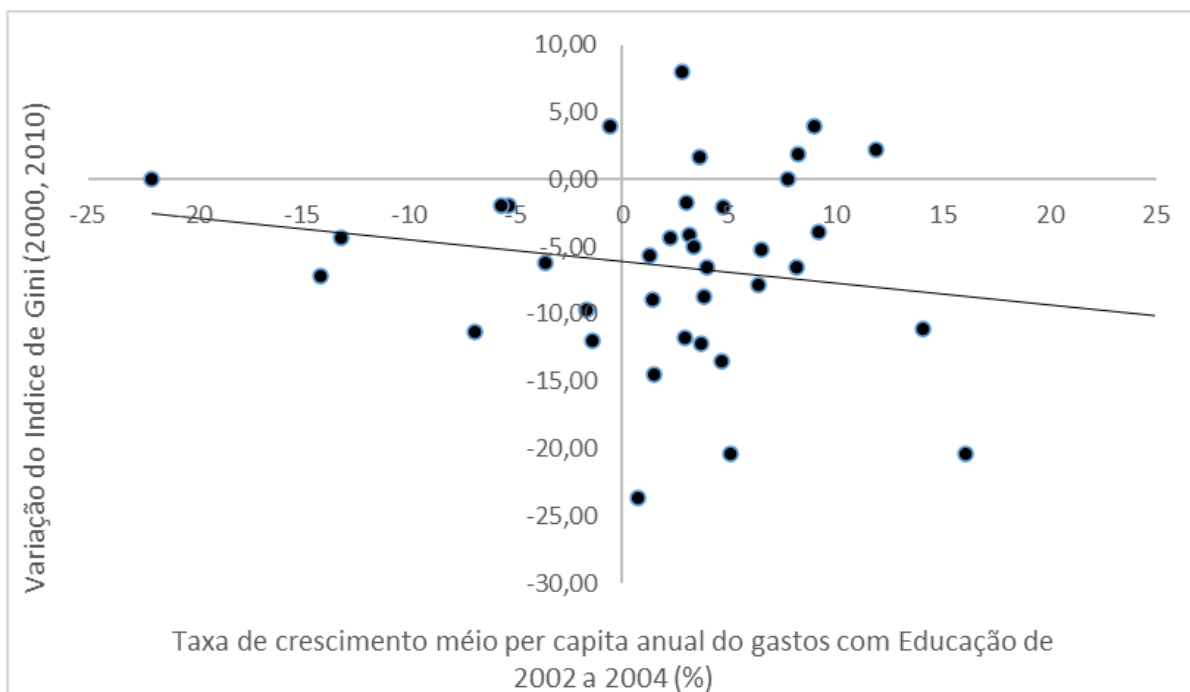


Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos com Educação *per capita* (%).

Assim como o agregado dos gastos sociais *per capita* para o mesmo período, a variável educação *per capita* aponta uma tendência negativa na série de informações disponíveis na relação contemporânea, sugerindo uma correlação dos gastos com Educação na redução da desigualdade. “Mais ainda, gastos em educação são geralmente considerados mais promotores de crescimento do que outros tipos de gasto” (ZOGHBI et al., 2011, p. 11). Neste sentido, analisar as evidências empíricas sobre o gasto educacional pode servir de indicativo para a redução da desigualdade e promoção do crescimento econômico.

A técnica de defasagem também foi aplicada no sentido de enfraquecer o efeito endógeno das variáveis. “Assim, os efeitos superestimados (endógenos) parecem estabelecer uma espécie de “teto” para os reais efeitos da educação sobre a renda” (MEDEIROS et al., 2019, p. 25).

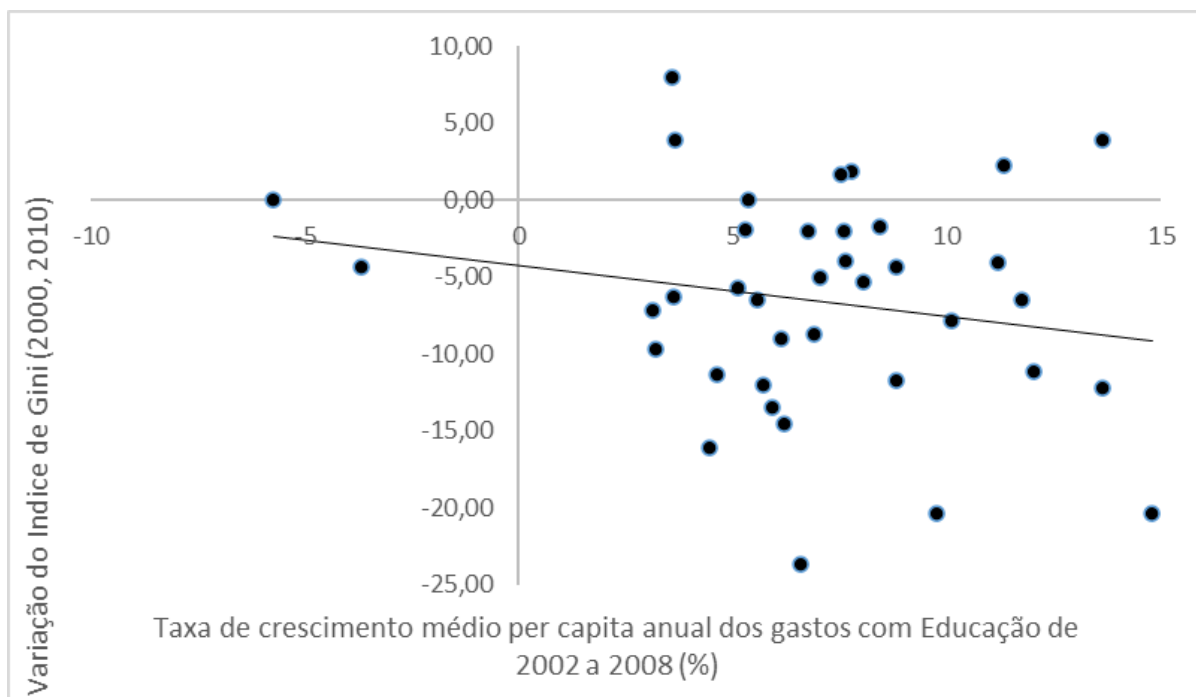
Figura 21 - Taxa de crescimento médio dos gastos com educação (2002-2004) x variação do Índice de Gini (defasados).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos com Educação *per capita* (%).

Aplicada a defasagem na Figura 21, a correlação aumenta na medida em que as taxas de crescimento médio dos gastos com educação estão relacionadas à queda na desigualdade de renda dos municípios a partir da variação do Índice de Gini. Menezes Filho e Oliveira (2014) ao fazerem uma análise a partir de modelo econométrico observaram o efeito dos gastos com Educação sobre a desigualdade de renda. “Ao olharmos para o mercado de trabalho, mais de 40% da redução do índice de Gini, entre 2001 a 2009, é explicada pela educação. No caso da renda familiar per capita, cerca de um quarto (26%) dessa mesma variação pode ser atribuído à educação” (MENEZES FILHO; OLIVEIRA, 2014, p. 28). Os resultados desses estudos em nível regional ou nacional contribuem para corroborar a correlação nas figuras apresentadas, demonstrando uma correlação positivo dos gastos com educação na redução da desigualdade de renda.

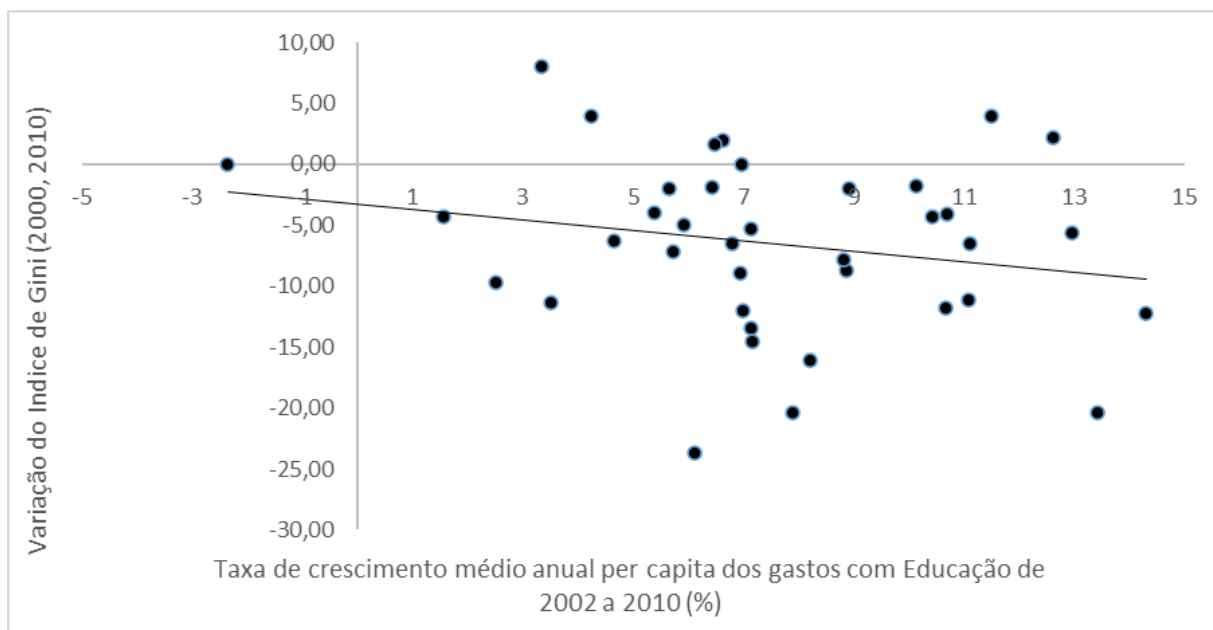
Figura 22 - Taxa de crescimento médio dos gastos com educação (2002-2008) x variação do Índice de Gini (defasados).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e taxa de crescimento médio anual dos gastos com Educação *per capita* (%).

Utilizando um período mais abrangente, a Figura 22 apresenta menores taxa de crescimento dos gastos com Educação em comparação a Figura 21, entretanto, a correlação com a queda do Índice de Gini é relativamente elevada indicando uma possível semelhança com a figura anterior. Silveira et al. (2021) verificaram que a educação pública está mais presente nas camadas mais pobres da sociedade e, existe uma progressividade dos gastos com educação em comparação a distribuição de renda. Essa análise fica ainda mais evidente quando comparada ao investimento por aluno que, segundo os pesquisadores, tem fortes efeitos sobre a redução do Índice de Gini. “Como um todo, o impacto da educação pública sobre a desigualdade representa uma redução do Índice de Gini entre 5,22% a partir de dados POF, e 9,62%, considerando informações do Inep” (SILVEIRA et al., 2021, p. 02). O estudo de impacto dos gastos com educação sobre a desigualdade de renda no Brasil segue no sentido em que corrobora a correlação analisada nesta pesquisa.

Figura 23 - Taxa de crescimento médio dos gastos com educação (2002-2010) x variação do Índice de Gini (defasados).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e taxa de crescimento médio anual dos gastos com Educação *per capita* (%).

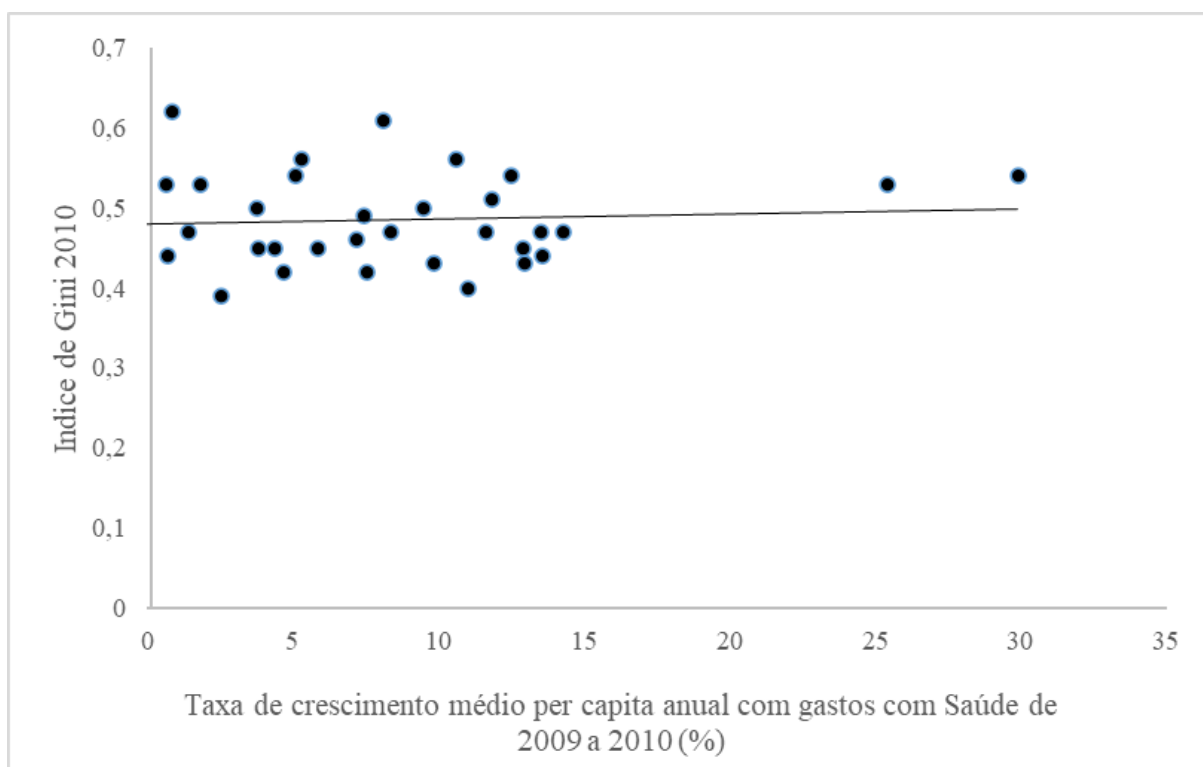
As informações apontam como sugere a Figura 23, com a utilização da defasagem, uma tendência negativa entre as variáveis, correlacionando o crescimento dos gastos *per capita* com educação à redução da desigualdade de renda. A tendência é negativa também para a análise contemporânea correspondente ao ano de 2010. Analisando a eficiência dos gastos municipais no Estado de São Paulo, Prearo et al. (2015) observaram que a despesa com Educação é a variável menos heterogênea, demonstrando que, em nível municipal, é indispensável. Silva, Kuwahara e Maciel (2012) observaram uma relação positiva entre os gastos com Educação e a qualidade de vida das pessoas na RMSP, o que pode corroborar a correlação constatada nesta pesquisa, visto que foi utilizado para a definição de qualidade de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que considera a renda como um dos indicadores.

De acordo com Zoghbi et al. (2011), os municípios paulistas com uma população intermediária, ou seja, de vinte mil a cem mil habitantes, possuem melhores resultados em termos de eficiência dos gastos com educação, seguido das cidades com a população entre cem mil e um milhão de pessoas. “O que se observa, em geral, é que os municípios mais populosos apresentam resultados mais eficientes nos gastos com educação” (ZOGHBI et al., 2011, p. 51). Analisando os resultados obtidos na relação com a variação do Índice de Gini e, considerando a população estimada pelo IBGE no ano de 2020 para os municípios da RMSP, não é possível

observar uma relação neste sentido para a RMSP, o que pode indicar uma não correlação da população com o efeito dos gastos educacionais sobre a desigualdade de renda nos municípios metropolitanos.

Analisando os gastos destinados à saúde, as correlações se diferenciam da situação apresentada nos gastos com educação.

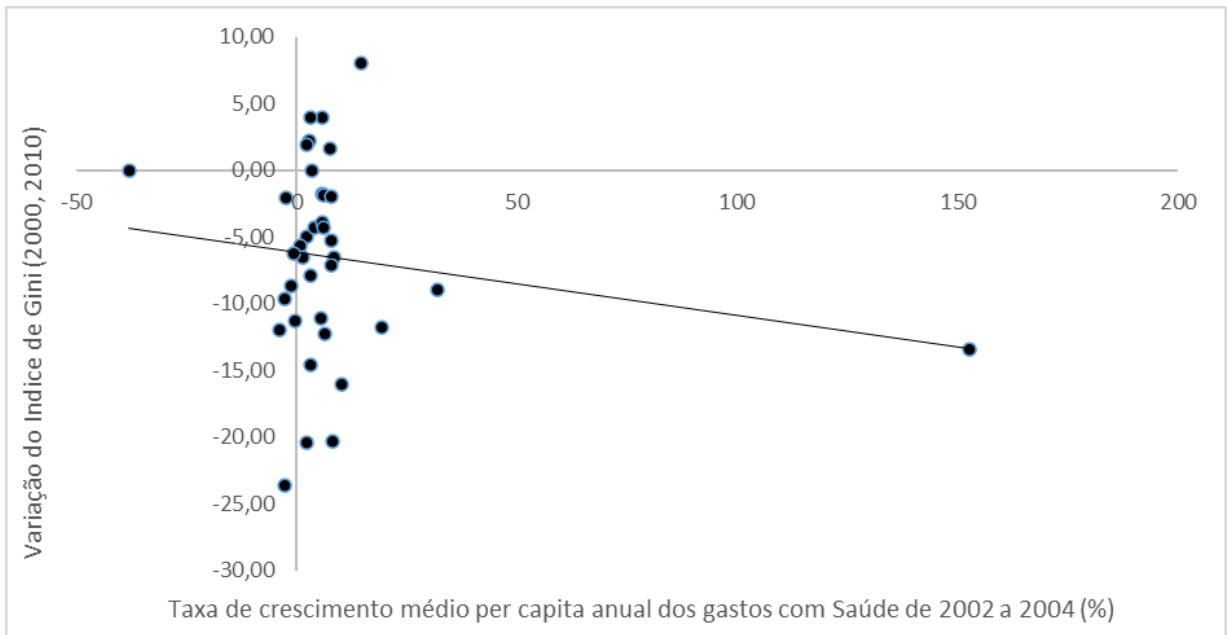
Figura 24 - Taxa de crescimento médio dos gastos com saúde x variação do Índice de Gini.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e taxa de crescimento médio anual dos gastos com Saúde *per capita* (%).

Observando a Figura 24 de dispersão contemporânea, que considera os gastos com Saúde, é possível ponderar uma linha de tendência positiva. Essa observação pode levar a existência do problema de endogeneidade entre as variáveis ou a inexistência de correlação.

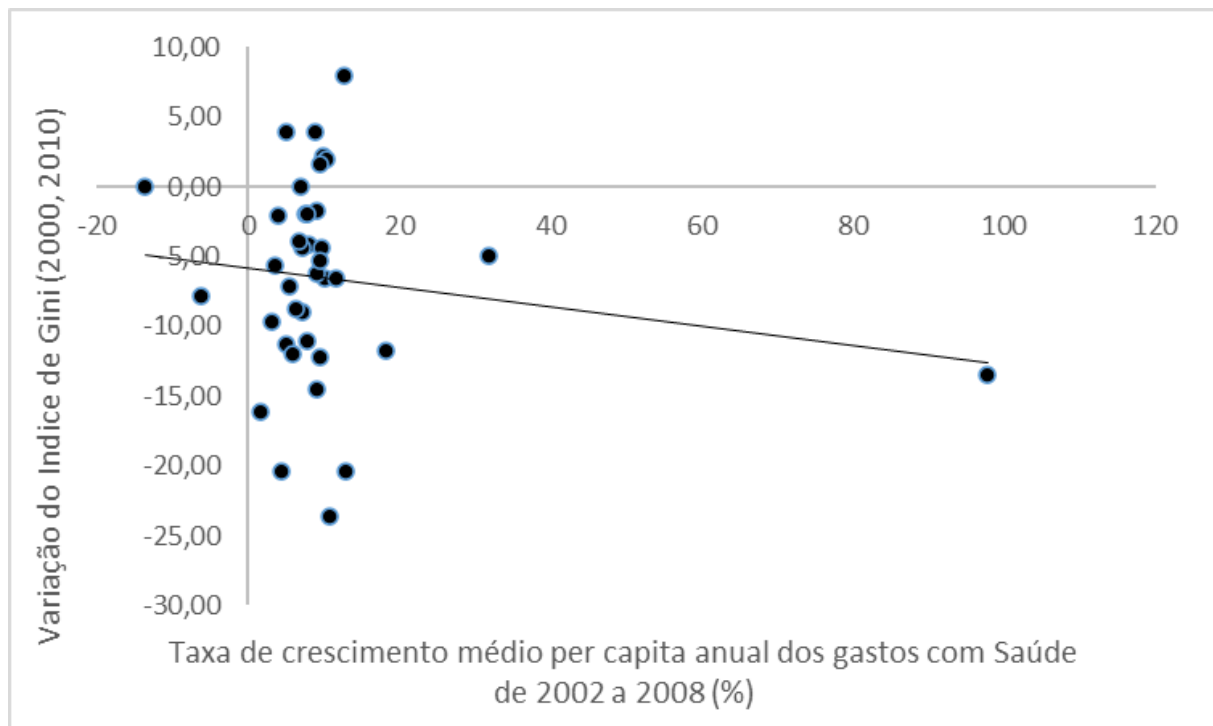
Figura 25 - Taxa de crescimento médio dos gastos com saúde (2002-2004) x variação do Índice de Gini.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos com Saúde *per capita* (%).

Na Figura 25, dado o período defasado para superar o problema endógeno, a distribuição dos municípios na plotagem dos gastos com Saúde possui uma distribuição menor em relação aos gastos com Educação. Na medida que se observa, é possível apontar que os gastos com saúde podem não ter um efeito correlacionado com a desigualdade de renda na RMSP.

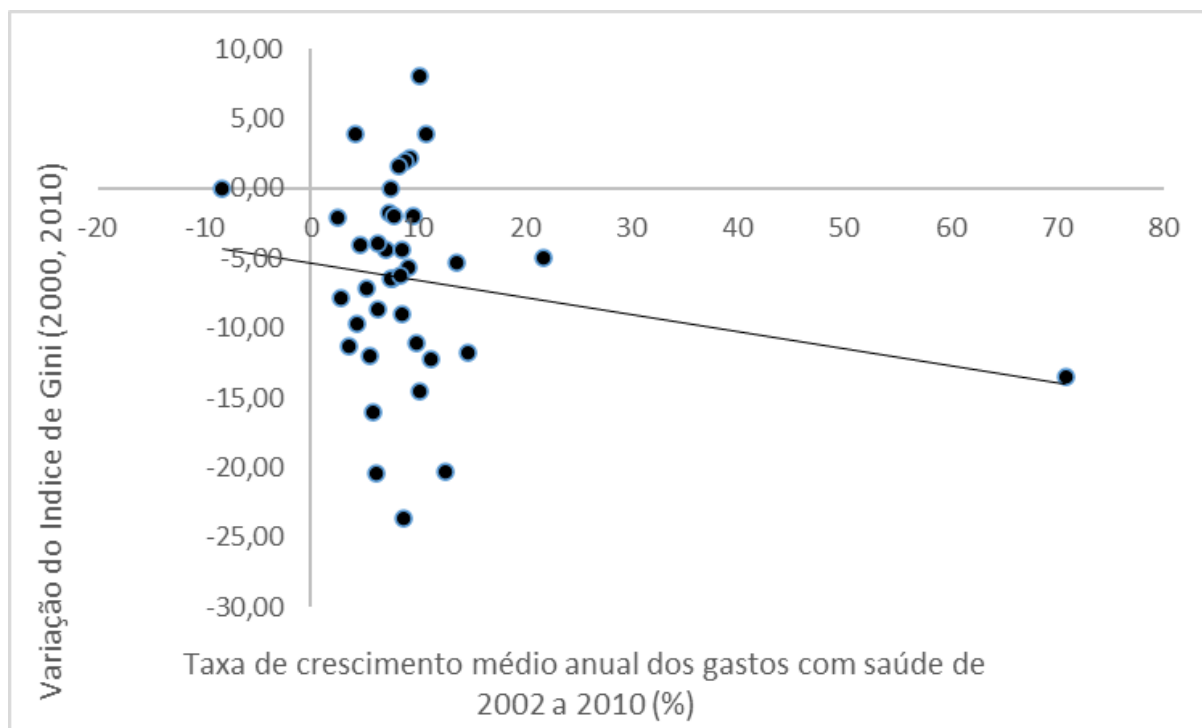
Figura 26 - Taxa de crescimento médio dos gastos com saúde (2002-2008) x variação do Índice de Gini (defasados).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos com Saúde *per capita* (%).

Na Figura 26, a mesma ressalva é apontada na distribuição dos municípios entre aqueles em que a desigualdade de renda aumentou ou diminuiu, a plotagem se apresenta semelhante à Figura 21, diminuindo ainda mais uma possível correlação. A linha de tendência negativa no caso dos gastos com Saúde, sofre a influência do município *outlier*, responsável por afirmar uma tendência não plausível, visto que se difere das demais cidades.

Figura 27 - Taxa de crescimento médio dos gastos com saúde (2002-2010) x Índice de Gini 2010 (defasados).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2000, 2010) e Finbra. Nota: Defasagem entre a Variação do Índice de Gini dos anos 2000 e 2010 e a taxa de crescimento médio anual dos gastos com Saúde *per capita* (%).

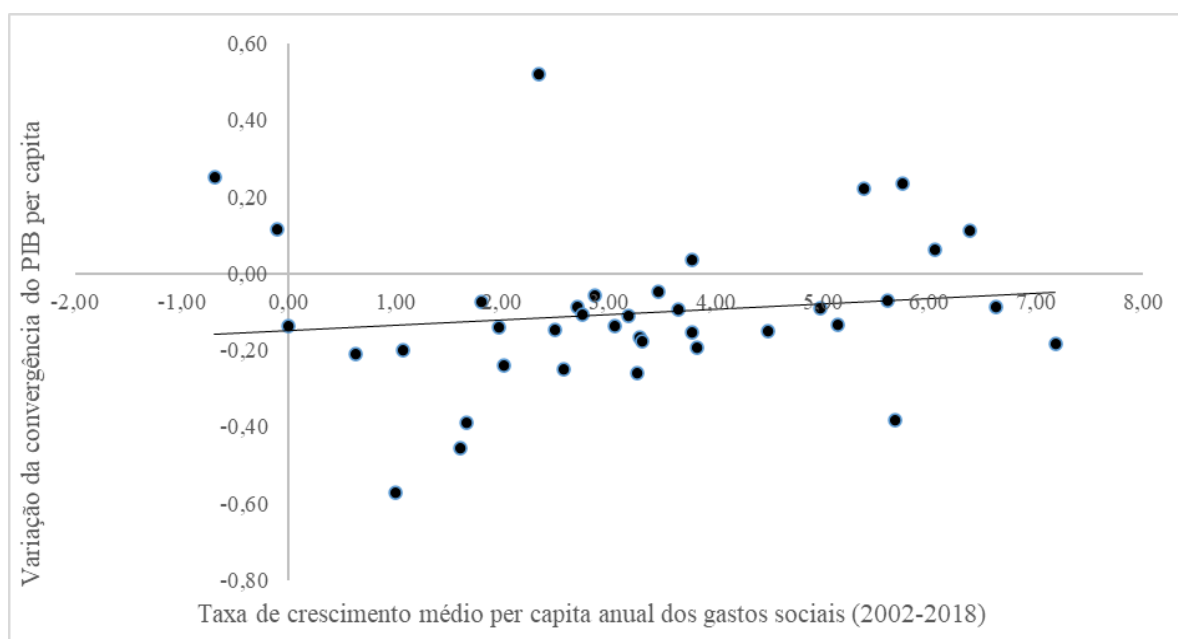
Dessa forma, após a técnica da defasagem, na Figura 27, é possível analisar que existe uma certa concentração dos municípios sem efeito correlacionado em relação ao crescimento dos gastos com Saúde, porém, a análise contemporânea resgata uma tendência positiva e uma maior dispersão das informações. No entanto, é importante salientar que, embora apareça uma reta negativa na dispersão dos gastos com saúde para todo o período disponível, esse formato ocorre por conta do município de Itapeverica da Serra, que provoca o efeito linear negativo, demonstrando-se ser o *outlier* da dispersão. Utilizando modelo econométrico, Silva, Kuwahara e Maciel (2012) constataram que os gastos com Saúde não contribuem para o IDHM dos municípios. “As despesas com saúde e saneamento no modelo 2, mostram que quanto maiores forem os recursos destinados para saúde e saneamento, pior será o ranking dos municípios em relação à qualidade de vida expressa pelo IDH-M. É importante ressaltar que a utilização do IDH-M como parâmetro de bem-estar, é diretamente relacionado com a desigualdade de renda entre as famílias, visto que esse indicador parte também da variável renda. Entretanto, em termos de redução da pobreza, Hiromoto (2013) estimou que os gastos municipais com Saúde tendem a reduzir a pobreza. “O resultado apresentado mostra que o gasto *per capita* municipal

com saúde e saneamento (-0,04) tem efeito redutor sobre a pobreza, da mesma forma que o investimento” (HIROMOTO, 2013, p. 94).

Uma limitação dessa análise é que os dados de índice de Gini são computados apenas com observações da renda familiar, disponível nos Censos Demográficos. Esse atraso na informação pode ser contornado pela análise da desigualdade sobre uma perspectiva mais regional. Uma forma simples de fazer isso é analisar a distância relativa entre os municípios.

Logo, utilizando as informações do PIB *per capita* para todos os municípios da região metropolitana no período de 2002 a 2018, foram elaboradas figuras de dispersão, com o intuito de observar se há convergência das rendas *per capita*. Com isso, foi analisado a variação da convergência do PIB por pessoa, no sentido do maior PIB para o ano de 2018 (último ano da série histórica) e a taxa de crescimento dos gastos sociais no mesmo período (2002-2018), como sugere os próximas Figuras, para todo o período e os defasados. Entretanto, é importante salientar que o problema da endogeneidade também está presente na análise da convergência, visto que o efeito da simultaneamente pode estar atrelado a estas variáveis também.

Figura 28 - Variação da convergência do PIB *per capita* (2002-2018).

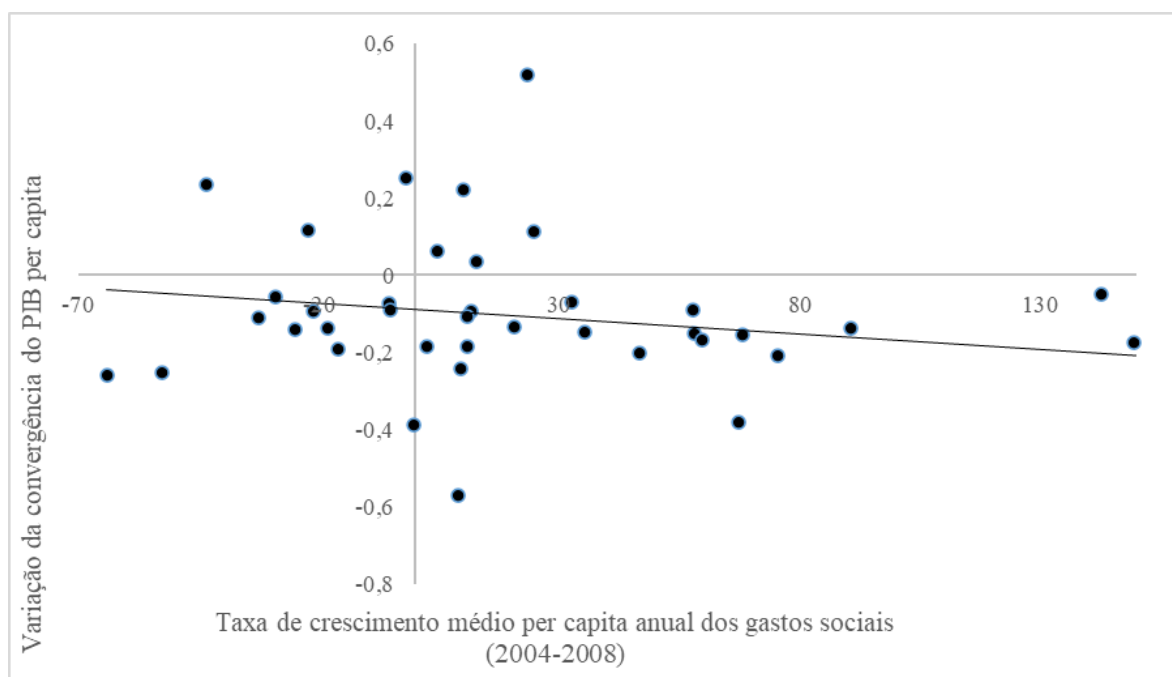


Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEADE e Finbra. Nota: Foi considerado o maior PIB *per capita* da Região e calculado a taxa de convergência para cada município utilizando o maior PIB *per capita* como denominador.

Analisando a correlação para o período integral das informações (2002-2018) presente na Figura 28, é possível notar uma tendência positiva, entre o PIB *per capita* e a taxa de crescimento médio dos gastos sociais *per capita*. Porém, a dispersão entre os municípios é alta,

mesmo com a correlação entre a convergência do PIB *per capita* e os gastos *per capita*. Além disso, o problema da simultaneidade causado pela endogeneidade pode estar afetando a análise sugerida pela figura 28, sendo necessário o exercício de defasagem visando o enfraquecimento do problema.

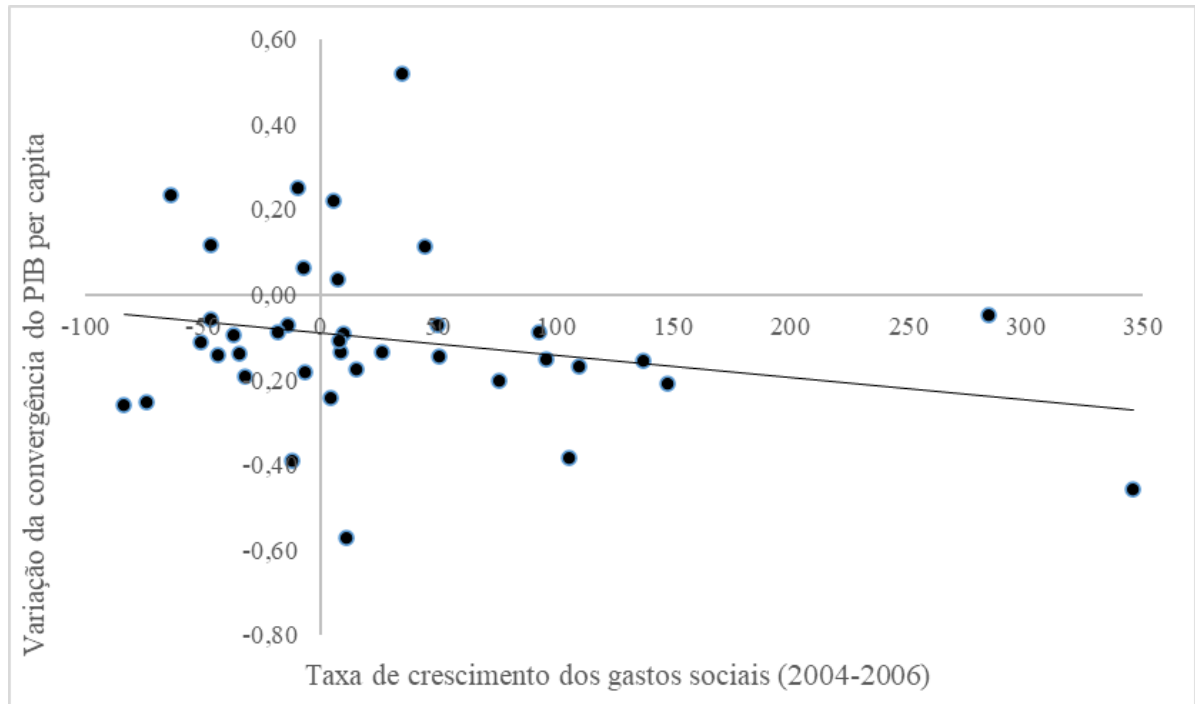
Figura 29 - Variação da convergência do PIB *per capita* e taxa de crescimento médio anual dos gastos sociais *per capita* (2004-2008).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEADE e Finbra. Nota: Foi considerado o maior PIB *per capita* da Região e calculado a taxa de convergência para cada município utilizando o maior PIB *per capita* como denominador. A taxa de crescimento médio per capita anual dos gastos sociais foi defasada.

Utilizando a primeira defasagem na Figura 29, nota-se uma tendência negativa entre as variáveis, apontando para uma não convergência na medida em que os gastos sociais *per capita* aumentam. Isso pode estar relacionado a uma ausência de correlação entre as variáveis analisadas.

Figura 30 - Variação da convergência do PIB per capita (2004-2006).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEADE e Finbra. Nota: Foi considerado o maior PIB *per capita* da Região e calculado a taxa de convergência para cada município utilizando o maior PIB *per capita* como denominador. A taxa de crescimento médio *per capita* anual dos gastos sociais foi defasada.

Após mais uma defasagem do período correspondente a taxa dos gastos na Figura 30, é possível verificar novamente a tendência negativa entre as informações, o que pode indicar a não convergência do PIB *per capita* para a RMSP nos últimos anos dado a taxa de crescimento anual dos gastos sociais *per capita*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a associação dos gastos sociais com a Desigualdade de Renda na Região Metropolitana de São Paulo. Foi realizada uma revisão de literatura na qual foi possível identificar os desdobramentos teóricos sobre a desigualdade de renda em um contexto de economia urbana e como a economia do setor público pode, de forma direta, surtir efeito sobre a desigualdade de renda. Além disso, foram exploradas as problemáticas que relacionam os gastos sociais à desigualdade de renda entre as pessoas, visto que, devido aos gastos sociais corresponderem a gastos muito significativos, isso pode influenciar a análise de renda, na medida que domicílios com níveis orçamentários relativamente menores podem demandar gastos como Educação e Saúde, enquanto famílias com rendas relativamente maiores podem demandar gastos com Cultura e Lazer e todos esses gastos são essencialmente sociais.

A revisão de literatura permitiu o debate da desigualdade de renda nos espaços urbanos, analisando os apontamentos que a economia urbana tem sobre a temática e destacando os motivos da concentração de renda em conglomerados urbanos. Por outro lado, possibilitou analisar o papel desempenhado pelo setor público na definição do orçamento social e como esse setor destina os recursos a partir dos programas desenhados para cada área do gasto social, dadas as particularidades municipais existentes em cada cidade. Além disso, foi observado como a literatura aborda a relação dos gastos sociais na desigualdade de renda, verificando que alguns dos gastos sociais municipais possuem efeito direto na desigualdade dos rendimentos e na redução da pobreza, entretanto, outra parte dos gastos sociais tem menor incidência ou nenhuma sobre a desigualdade.

Observou-se durante a pesquisa os aspectos gerais e inerentes da RMSP no que se refere à estrutura da desigualdade de renda. Nesse sentido, foi analisado as características próprias da Região Metropolitana em termos de estrutura de renda *per capita*, pobreza e Índice de Gini, a partir dos últimos dois Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações do Cadastro Único do Governo Federal.

Para alcançar o objetivo proposto, foi analisada a trajetória dos gastos sociais municipais definidos, empenhados ao longo dos anos e, verificadas as diferenças dos gastos *per capita* nas cidades paulistas, observando um crescimento real nas últimas décadas. A associação com a desigualdade de renda obteve correlação em diferentes estágios do método de defasagem, assim como os gastos com Educação. Entretanto, o resultado obtido na pesquisa possui limitações dado o problema da endogeneidade entre as variáveis gastos sociais e desigualdade de renda, visto que estes podem possuir simultaneidade do relação. As limitações da pesquisa

foram de caráter analítico, em que as variáveis observadas são endógenas e podem refletir simultaneidade quando observado o aspecto a relação de uma sobre a outra. Nesse sentido, as correlações foram defasadas com o intuito de reduzir o efeito problemático e tornar a análise mais sólida, visto que a defasagem é uma das formas de inspecionar a possível endogeneidade, na medida que permite observar a relação de uma variável sobre a outra, dados diferentes períodos analíticos. Nesse sentido, os gastos com Educação se mostraram importantes na redução da desigualdade de renda. Para o agregado dos gastos sociais e dos gastos com Saúde não foram encontradas correlações com a queda da desigualdade de renda. Evidentemente, embora em certa medida corrobore à literatura, isso não exclui a possibilidade de existir uma relação causal.

Por fim, recomenda-se, como sugestão para futuras pesquisas no tema a análise causal dos gastos sociais municipais no agregado e desagregado para Educação e Saúde, analisando os motivos do efeito de cada um através de modelo econométrico por meio de técnicas de inferência causal mais robustas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. **Texto Para Discussão Nº 985**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 985, p. 1-23, out. 2003.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Determinantes da renda: aspectos teóricos. In: BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. **Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil: implicações para o crescimento, pobreza e desigualdade**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. Cap. 6. p. 1-196

_____. A queda recente da Desigualdade de Renda no Brasil. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. 3. ed. Brasília: Ipea, 2006. p. 107-127.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CAMILLO, Vladimir Sipriano. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 287-315, ago. 2009.

CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido Carlos; CHAVES, José Valente; DUARTE, Bruno Carvalho. **Gasto social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. 11. ed. Brasília: Ipea, 2012. 31 p.

CENSO BRASILEIRO DE 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

COMIN, Alvaro; AMITRANO, Claudio. Economia e Emprego: A Trajetória Recente da Região Metropolitana de São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 66, p. 53-76, jun. 2003.

COSTA, Carlos Eugênio da. **Notas de Economia do Setor Público: aula 00 - introdução**. Rio de Janeiro: Epge/Fgv, 2010. 10 slides, P&B.

COSTA, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da; GARTNER, Ivan Ricardo. O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 264-293, mar./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000200264&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CRUZ, Bruno de Oliveira; FURTADO, Bernardo Alves; MONASTERIO, Leonardo; RODRIGUES JÚNIOR, Waldery (org.). Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2011. 410 p.

CUNHA, Débora Ferreira da. Região Metropolitana: apenas uma Estrutura territorial legalizada? XI - **Encontro Nacional da Anpege**, Góias, v. 11, n. 11, p. 01-11, out. 2015.

CYRILLO, D. C.; SAES, M. S. M.; BRAGA, M. B. Tendências do Consumo de Alimentos e o Plano Real: uma avaliação para a Grande São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 16, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (org.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2006. Cap. 1. p. 9-32.

DINIZ, Clélio Campolina; IGLIORI, Danilo. **A Região Metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções**. Cepal/Ipea, São Paulo, p. 1-44, dez. 2006.

FERNANDES, M. A. da C. et al. **Gastos social nas três esferas de governo - 1995**. Brasília, IPEA, 1998.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teoria das Finanças Públicas. In: **Economia do Setor Público**. Florianópolis: Repositório UFSC, 2014. 106 p.

FERREIRA, Maria Paula; DINI, Nádia Pinheiro; FERREIRA, Sinésio Pires. Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo: índice paulista de vulnerabilidade social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 5-17, 2006.

FONSECA, Vitória Azevedo da. Políticas Públicas e Educação no Estado de São Paulo: 20 anos de um governo? In: **História, Democracia e Resistências**, 2018, Montes Claros. **Encontro Regional de História**. Montes Claros: Texto Livre, 2018. p. 1-29.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002. 176 p.

HINDRICKS, J.; MYLES, G. **Intermediate Public Economics**. Cambridge, MA & London: MIT University Press, 2006.

HIROMOTO, Martha Hanae. **Uma Análise do Efeito do Gasto Social dos Governos Federal, Estadual e Municipal Sobre a Pobreza no Brasil - 1987 a 2009**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Aplicada, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013, 102 p.

HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Documentação do Censo 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LINHARES, Fabricio; FERREIRA, Roberto Tatiwa; IRFFI, Guilherme Diniz; MACEDO, Cecília Maria Bortolassi. A hipótese de Kuznets e Mudanças na Relação entre Desigualdade e Crescimento de Renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Fortaleza, v. 42, n. 3, p. 403-432, dez. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003. 310 p.

MATA, Daniel da; RESENDE, Guilherme Mendes; CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata. Crescimento pró-pobre e Distribuição de Renda das Capitais dos Estados Brasileiros. In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata (org.). **Ensaio de Economia Regional e Urbana**. Brasília: Ipea, 2007. Cap. 2. p. 47-64.

MONTE-MÓR, Roberto. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (org.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Cap. 3. p. 60-86.

MORAES, Antônio C. R. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole Paulistana. In: CARLOS, Ana Fani A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

NADALIN, Vanessa; IGLIORI, Danilo. **Espraiamento urbano e periferização da pobreza na região metropolitana de São Paulo: evidências empíricas**. Eure, São Paulo, v. 41, n. 124, p. 91-111, set. 2015.

PIRES, Mônica de Moura; RUBIERA, Fernando Morollon; GOMES, Andréa da Silva; POLESE, M. **Economia urbana e regional: território, cidade e desenvolvimento**. 1. Ed. Ilhéus: Editus, 2018. V. 1. 356p.

PREARO, Leandro Campi; MARACCINI, Maria Clara; ROMEIRO, Maria do Carmo. Fatores Determinantes Do Índice De Desenvolvimento Humano Dos Municípios Do Estado De São Paulo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 134-155, 14 jun. 2015. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v5i1.2960>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ROSEN, Harvey; GAYER, Ted. Introdução. In: ROSEN, Harvey; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. 10. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill-Artmed, 2015. Cap. 1. p. 1-52.

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. In: SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Cap. 1. p. 1-416.

SILVA, Jonathas de Melo Cristovão; KUWAHARA, Monica Yuki; MACIEL, Vladimir Fernandes. A eficiência dos Gastos Municipais na Geração de Bem-estar na Região Metropolitana de São Paulo. **Rde - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 26, n. 26, p. 86-98, dez. 2020.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; RIBAS, Theo; CARDOMINGO, Matias; 1, Laura Carvalho. **Impactos distributivos da educação pública brasileira: evidências a partir da pesquisa de orçamentos familiares (pof) 2017-2018**. Centro de Pesquisa em Macroeconomia das desigualdades. Disponível em: https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE011_site.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

SOARES, Marcelo Cardoso. A Mensuração do Impacto Redistributivo do Gasto Social: um estudo para a região metropolitana de São Paulo. **Texto Para Discussão Nº 643**, Brasília, v. /, n. /, p. 5-26, maio 1999.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é? Índice de Gini.** Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem\).](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem).) Acesso em: 01 nov. 2020.

MEDEIROS, Marcelo *et al.* Educação, Desigualdade e Redução da Pobreza no Brasil. **Texto Para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 2447, p. 1-56, fev. 2019.

MENEZES FILHO, Naercio A.; OLIVEIRA, Alison Pablo de. **A contribuição da educação para a queda na desigualdade de renda per capita no Brasil.** 2014. Disponível em: https://siteinstitucional.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/PolicyPaper_Educacao_Desigualdade.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

ZOGHBI, Ana Carolina; MATTOS, Enlinson; ROCHA, Fabiana; ARVATE, Paulo. **Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas.** 36. ed. São Paulo: 2011. 53 p.